



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



A ATUAÇÃO DA AJUP CALIANDRA DO CERRADO À LUZ DA CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA XAVANTE DO NORTE GOIANO

Ana Carolina Graciano Castro¹ (IC)*, Yara Gabrielly Romeiro Tostes² (IC), Arleandro Silva dos Santos (IC)³ e Rafael Gonçalves da Silva⁴ (PQ)

¹Universidade Estadual de Goiás - Campus Norte: Sede Uruaçu. E-mail: anacarolgracci@gmail.com.

²Universidade Estadual de Goiás - Campus Norte: Sede Uruaçu.

³Universidade Estadual de Goiás – Campus Norte: Sede Uruaçu.

⁴Universidade Estadual de Goiás – Campus Norte: Sede Uruaçu.

Resumo: O presente resumo busca descrever a atuação do projeto de extensão “Assessoria Universitária Popular”, vinculado institucionalmente ao Campus Norte da Universidade Estadual de Goiás. Buscar-se-á observar a atuação da “AJUP Caliandra do Cerrado” na articulação para a instituição da Associação Comunitária Xavante do Norte Goiano (ACXNG). Como requisito para doação de um terreno à família de etnia xavante, a prefeitura solicitou a constituição de uma associação e o respectivo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Sendo assim, por meio da articulação com a “AJUP Caliandra do Cerrado” foi criada a Associação Comunitária Xavante do Norte Goiano (ACXNG). Cumpre salientar que até a presente data as articulações administrativas não cessaram. Todavia, mesmo que o objetivo principal da criação da Associação Comunitária Xavante do Norte Goiano tenha sido viabilizar a doação do terreno à família xavante, é necessário observar a importância de sua instituição. De tal modo, colaborará com a concretização de outros direitos básicos, que assim como o direito à moradia, são constantemente violados no ambiente urbano.

Palavras-chave: Povos indígenas em ambientes urbanos. Povos e Comunidades Tradicionais.

Assessoria Jurídica Universitária Popular. Direito à moradia.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Introdução

O presente resumo busca descrever a atuação do projeto de extensão “Assessoria Universitária Popular”, vinculado institucionalmente ao Campus Norte da Universidade Estadual de Goiás. O projeto em comento atua por meio de uma frente indígena, de modo a auxiliar a família de etnia Xavante, residente no Município de Uruaçu/GO. Buscar-se-á observar a atuação da “AJUP Caliandra do Cerrado” na articulação para a instituição da Associação Comunitária Xavante do Norte Goiano.

Material e Métodos

Trata-se de pesquisa empírica com metodologia de análise bibliográfica de cunho qualitativo.

Resultados e Discussão

Como requisito para doação de um terreno à família de etnia xavante, a prefeitura solicitou a constituição de uma associação e o respectivo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Sendo assim, por meio da articulação com a “AJUP Caliandra do Cerrado”, em 22/07/2021 foi criada a Associação Comunitária



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Xavante do Norte Goiano (ACXNG).

Mesmo que no caso em comento a criação da Associação tenha ocorrido por meio de um requisito administrativo no âmbito municipal, é necessário ressaltar que os indígenas residentes em cidades articulam ações, como a criação de associações, para sustentar sua presença no ambiente urbano e assim atender as demandas impostas pela cidade, ao mesmo passo em que objetivam preservar os preceitos tradicionais (FERREIRA e CALEGARE, 2019).

Dessa forma, para além da facilitação na doação do terreno, a associação poderá ser instrumentalizada para reivindicar direitos básicos à família de etnia xavante. Atualmente, o núcleo familiar conta com vinte e dois membros e ainda se encontra em déficit habitacional. Vale ressaltar que mesmo diante da constituição da Associação e respectivo Cadastro da Pessoa Jurídica (CNPJ), a prefeitura ainda não concluiu a promessa de doação do terreno.

Tais características remontam ao que Marcos Albuquerque (2011) define como “limbo jurídico”, expressão utilizada para descrever a ausência de instrumentos jurídicos e administrativos que discriminem a forma de atuação do poder público junto aos povos indígenas que residem em cidades. De tal modo, a concretização de direitos fundamentais dos grupos originários mostra-se ainda mais dificultosa quando estabelecida no ambiente urbano, como é o caso da família assessorada.

Ademais, é imprescindível estabelecer a releitura preconizada por Rozinei Martins (2011, p. 90) ao defender que: “a territorialidade dos grupos indígenas ultrapassa seus limites territoriais”. Assim, para além da dimensão geográfica, a territorialidade permite que os migrantes indígenas reconstituam horizontes e anseios em novos espaços para o lugar onde se deslocam (MARTINS, 2011). Diante do



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



exposto, a limitação territorial não é fator suficiente para desconsiderar os indígenas que residem em ambientes urbanos como povos e comunidades tradicionais.

De tal modo, observa-se que a criação da associação também é um modo de enfrentamento à desigualdade social e ao preconceito, pois tais fatores impulsionam a formação de grupos e associações indígenas, como forma de garantir a preservação da própria identidade e a mobilização de ações políticas de acesso a serviços e direitos (FERREIRA e CALEGARE, 2019). Portanto, diante da omissão estatal, a articulação dos grupos tradicionais em ambientes urbanos torna-se necessária ainda que por meios não tradicionais.

Considerações Finais

Cumprе salientar que até a presente data as articulações administrativas não cessaram e novamente não há indicação de um terreno a ser doado à família xavante. Todavia, diante da morosidade e inércia pode-se concluir que há uma instrumentalização do “limbo jurídico” preconizado por Marcos Albuquerque (2011), ao mesmo passo em que a necessidade de subordinação aos procedimentos não indígenas, como é o caso do CNPJ, por vezes, inviabilizaria a efetividade dos direitos à etnia.

Mesmo que o objetivo principal da criação da Associação Comunitária Xavante do Norte Goiano (ACXNG) tenha sido viabilizar a doação do terreno à família xavante,



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



é necessário observar a importância de sua instituição. De tal modo, colaborará com a concretização de outros direitos básicos, que assim como o direito à moradia, são constantemente violados no ambiente urbano.

Agradecimentos

Agradecemos aos integrantes da “AJUP Caliandra do Cerrado” e aos assessorados, pela possibilidade de integrar as trincheiras das lutas cotidianas e constantes, e também à Pró-Reitoria de Extensão por viabilizá-las por meio do financiamentos das bolsas de ações extensionistas.

Referências

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. O regime imagético Pankararu: tradução intercultural na cidade de São Paulo. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERREIRA, Mayara dos Santos; CALEGARE Marcelo Gustavo Aguiar. Debates psicopolíticos sobre indígenas em contexto de cidade. Rev. Polis e Psique, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/82023/pdf>>. Acesso em 4 out. 2022.

MARTINS, Rozinei Lima. A territorialidade como nova possibilidade de (re)significar a identidade apurinã na cidade de Manaus. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado em



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



**Universidade
Estadual de Goiás**



A experiência extensionista na produção da websérie *Mulheres Roteiristas*

Louise Quenehen Marinho (IC)¹

Victória Pereira Nolasco (IC)²

Joanise Levy (PQ)³

Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária Goiânia-Laranjeiras

Resumo: Este trabalho apresenta a websérie *Mulheres Roteiristas*, produzida pelo projeto de extensão *Trama - Narrativas Audiovisuais e Criação de Roteiros*, vinculado ao curso de Cinema e Audiovisual da UEG. Disponível no canal do Trama no Youtube, a websérie busca dar visibilidade à trajetória e trabalho de mulheres roteiristas. Ao refletir sobre o aspecto pedagógico dessa experiência, constatamos que ela contribui para a ampliação do conhecimento sobre a história do roteiro e a atuação de mulheres no cinema.

Palavras-chave: Roteiristas. Roteiro. Mulheres no cinema. Trama.

Introdução

No presente trabalho, buscamos relatar a experiência de produzir a websérie documental *Mulheres Roteiristas*, desenvolvida pelo projeto de extensão *Trama - Narrativas Audiovisuais e Criação de Roteiros*, do curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Estadual de Goiás (UEG). O projeto, por meio de uma equipe composta por estudantes⁴ e pela Profa. Dra. Joanise Levy como coordenadora, se volta para a produção de conteúdos educativos em áudio e vídeo sobre a área do roteiro. Na edição 2022 do Trama, foi criada também uma Sala de Roteiristas que

¹ Graduanda do curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: louquenehen@outlook.com.

² Graduanda do curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: victoria.nolasco@aluno.ueg.br.

³ Professora e pesquisadora no curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: jolevy.ueg@gmail.com.

⁴ Ana Domitila, Barbara Torres, Louise Quenehen, Matheus Aragão, Nilma Ayumi, Pedro L. Macêdo, Pollyanna Marques, Rubens Neto, Sara Teixeira, Victória Nolasco.



desenvolveu o roteiro do primeiro longa-metragem a ser futuramente realizado dentro do curso de Cinema e Audiovisual.

O principal objetivo por trás da concepção da websérie *Mulheres Roteiristas* era apresentar não somente a trajetória e o processo de escrita de roteiristas, mas trazer visibilidade para as mulheres que seguiram, ou seguem, essa carreira.

A primeira temporada, disponível no canal Trama UEG no Youtube, conta com nove episódios de, em média, oito minutos de duração cada. Durante as primeiras discussões sobre o que produziríamos ao longo do período de atividades do projeto, foi apontada a escassez de registros sobre o trabalho de roteiristas, fato que se torna ainda mais crítico quando fazemos um recorte de gênero e verificamos a desproporção do número de mulheres roteiristas em comparação com o número de homens.

Segundo dados do boletim *Celluloid Ceiling*, elaborado pelo *Center for the Study of Women in Television and Film* da *San Diego State University*, o percentual de mulheres roteiristas nas 250 produções norte-americanas de maior bilheteria em 2021 foi de 17%. Apenas quatro pontos percentuais a mais do que em 1998, quando o estudo apontou uma atuação de 13%.

Avaliando os dados contidos no boletim elaborado pelo *Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa*, vinculado à Universidade Estadual do Rio de Janeiro, confirmamos a atuação ainda menor de mulheres roteiristas no Brasil. O referido estudo, de 2017, que à época contou com dados do *Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual* (OCA-ANCINE), informa que, nos filmes brasileiros com público acima de 500 mil espectadores, entre os anos de 1970 e 2016, a participação de mulheres roteiristas foi de apenas 8%.

Frente a esses dados, o *Mulheres Roteiristas* tem o propósito de contribuir com a criação de um acervo que dê visibilidade e ajude a resguardar a memória de roteiristas importantes na história do cinema e audiovisual.



Material e Métodos

O processo de produção da websérie começa com uma pesquisa extensa sobre a vida, carreira e processo de escrita das roteiristas escolhidas. As referências são encontradas em entrevistas, artigos acadêmicos, reportagens e outras fontes. É importante destacar a dificuldade em encontrar essas fontes, mesmo quando a roteirista abordada é brasileira. Essa situação se agrava quando trazemos roteiristas de outros países, como a italiana Suso Cecchi D'Amico e a japonesa Yoko Mizuki, tornando necessário um trabalho de tradução de textos e materiais audiovisuais para que consigamos informações. Pouco se estuda sobre a trajetória de roteiristas mulheres no país, principalmente no campo da pesquisa acadêmica em língua portuguesa sobre o cinema e o audiovisual.

A partir dessa pesquisa, um primeiro rascunho do roteiro do episódio é escrito em formato de duas colunas (áudio e vídeo). Esse documento passa por três revisões para a checagem de informações incorretas, correção de erros gramaticais e organização do texto para seguir uma narrativa coerente sobre a trajetória pessoal e profissional da roteirista. A próxima etapa é a gravação da narração, cujo tom é mais coloquial.

Na fase de edição dos vídeos, a narração vai se juntar a vários elementos: imagens recortadas, vídeos, *lettering*, efeitos gráficos, músicas e efeitos sonoros. A identidade visual da websérie, concebida na edição, confere um estilo dinâmico de colagem de imagens. Essa escolha estética impõe um grande trabalho de pesquisa de imagens em fotos e vídeos que mais do que ilustrar, vão se colocar em diálogo com a narrativa.



Resultados e Discussão

Os quatro primeiros episódios da websérie são destinados à trajetória de Alice Guy-Blaché, considerada a primeira roteirista da história, também diretora e produtora. Com carreira na França e nos Estados Unidos, ela legou importantes contribuições logo nos primeiros anos do cinema narrativo. Já o quinto episódio apresenta Adélia Sampaio, considerada a primeira roteirista (e diretora de um longa-metragem) negra do Brasil.

A partir do sexto episódio, com a roteirista brasileira Melanie Dimantas, estabelecemos alguns critérios para a seleção das personagens. Daríamos prioridade a mulheres que atuassem exclusivamente como roteiristas. Isso reduziu ainda mais nossas opções, uma vez que boa parte das mulheres que assinam o roteiro também assumem a direção de seus próprios filmes.

No sétimo episódio, trouxemos Suso Cecchi D'Amico, roteirista do neorrealismo italiano, e estabelecemos uma alternância, por episódio, entre roteiristas brasileiras e de outras nacionalidades. Com Fernanda Young, roteirista de séries de televisão, no oitavo episódio, ampliamos nossas escolhas para além do cinema. Fechando a primeira temporada da websérie, no nono episódio com Yoko Mizuki, que atuou na era de ouro do cinema japonês, assumimos o desafio de encontrar referências não apenas em produções ocidentais.

Considerações Finais

Ao refletir sobre o aspecto pedagógico dessa experiência extensionista,



constatamos que ela fomentou o desenvolvimento de competências audiovisuais na equipe de realizadoras⁵, tais como pesquisa, escrita de roteiros, narração, edição e veiculação de conteúdos em plataformas digitais. Além de ser uma atividade formativa, a websérie contribui para a ampliação do conhecimento sobre a história do roteiro e sobre a atuação das mulheres no cinema — um assunto pouco explorado e sobre o qual há uma notável carência de informações e pesquisas.

Referências

CANDIDO, Marcia Rangel; MARTINS, Cleissa Regina; RODRIGUES, Raissa; FERES JR., João. **Raça e Gênero no Cinema Brasileiro (1970-2016)**. Boletim GEMAA, n. 2, 2017. Disponível em: http://gemma.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Boletim_Final7.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.

LAUZEN, Martha M. **The Celluloid Ceiling in a Pandemic Year**: Employment of Women on the Top U.S. Films of 2021. Disponível em: <https://womenintvfilm.sdsu.edu/wp-content/uploads/2022/01/2021-CelluloidCeiling-Report.pdf>. Acesso em: 15 mai 2022.

MULHERES Roteiristas. **Canal Trama UEG**. YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PL_Tjp4DomaT6W4WurmsZ2Nei8alvyQKZL. Acesso em: 15 mai. 2022.

TRAMA. Trama - Narrativas Audiovisuais e Criação de Roteiros, 2015. Página inicial. Disponível em: <http://www.trama.ueg.br/>. Acesso em 3 out. 2022.

⁵ Ana Domitila (pesquisa, roteiro e narração), Louise Quenehen (pesquisa, roteiro e narração), Victória Nolasco (edição), Nilma Ayumi (narração). Coordenação geral: Jô Levy.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Análise do projeto titulado “Motivos para fazer Direito”

¹Edith S. A. Santos* (IC) – edith2016if@gmail.com; ²Yasmin A. A. Nunes (IC); ³Maria G. P. Pinheiro (IC); ⁴Douglas S. Mezacasa (PG).

Rua Serra dos Den – Boa Vista, Iporá-GO, CEP: 76200-000.

Resumo: O presente resumo expandido irá abordar as ações do projeto denominado “Motivos para fazer Direito” promovido pelos discentes do curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Iporá. A iniciativa buscou aproximar os acadêmicos aos estudantes de ensino médio por intermédio de dinâmicas realizadas no interior dos colégios estaduais. O objetivo consistiu em demonstrar quatro aspectos aos vestibulandos, sendo eles: “como surgiu o curso de Direito”; “quais as áreas de atuação jurídica”; “vantagens e desafios das principais carreiras jurídicas”; e “como ingressar na UEG por meio do vestibular”. Para isso, os alunos com o auxílio dos docentes, durante o ano de 2021, participaram de feiras estudantis e organizaram *banners*, assim como outros elaboraram diversos materiais didáticos, afim de manter relação pedagógica e esclarecedora frente às dúvidas dos estudantes. Expor a relevância da graduação em Direito é de extrema importância, pois auxilia a sociedade na compreensão de seus direitos e deveres. Ademais, face a conturbação quanto à escolha da futura profissão, a orientação para os adolescentes torna-se uma saída.

Palavras-chave: Curso de Direito. Carreiras Jurídicas. Vestibulandos. Ensino Médio.

Introdução

O Brasil é o país com maior número de faculdade de Direito no mundo e contava, em 2018, com 1.502 cursos para formar bacharéis na área, segundo dados fornecidos pelo Jornal Jota (2020). Dessa maneira, pode-se observar que a procura



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



e a oferta do curso jurídico em território pátrio é de grande extensão.

Nesse íterim, alunos que estão no Ensino Médio apresentam-se confusos quanto à escolha do curso desejado. Não há apenas diversas faculdades espelhadas por todo o território, mas há também, diversos cursos com peculiaridades a sua espera. Segundo o INEP, em 2022, cerca de 3.396.632 pessoas estão inscritas no ENEM, o que demonstra a vasta procura dos jovens brasileiros por uma universidade pública.

Nessa esfera, o auxílio e o levantamento de informações relevantes para nortear estes estudantes se faz necessário. Por essa razão, o projeto “Motivos para fazer Direito” se deslocou às unidades escolares em 2021, com o intuito de levar informações sobre o referido curso ofertado na Universidade Estadual de Goiás de Iporá.

Material e Métodos

O projeto foi composto pôr treze discentes e direcionado pelos docentes Kênia Ferreira de Deus Lucena e por Douglas Santos Mezacasa. Para a sua elaboração, foram realizadas diversas pesquisas acadêmicas com base em artigos científicos, doutrinas e sites jurídicos.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Resultados e Discussão

Os resultados parciais provindos do projeto “Motivos para fazer Direito” foram avaliados como proveitosos, tanto para a UEG, quanto para os discentes da instituição, bem como também para os estudantes de escolas do ensino médio de Iporá.

A priori, os discentes foram separados em grupos e levados às escolas estaduais para promoverem seus objetivos. Entre as escolhidas, estão: Colégio Estadual Elias de Araújo Rocha e a Escola Estadual Osório Araújo de Lima. Durante o dia, foram distribuídos lanches aos alunos e realizado pequenas palestras acompanhadas de um vídeo, cujo objetivo era promover o debate entre os acadêmicos e os estudantes em relação ao curso e as principais carreiras jurídicas.

Obteve-se, assim, um grande alcance de propagação das informações sobre o curso e o vestibular, atingindo o público alvo, tais como os alunos e a comunidade em geral, em decorrência da divulgação do vídeo elaborado pelos integrantes do projeto, o qual foi exposto nas redes sociais, tendo assim mais de 600 (seiscentas) visualizações.

Ademais, as informações repassadas para os alunos do ensino médio sobre o curso de Direito, via “Instagram” e “WhatsApp”, contribuiu para sanar dúvidas, levar conhecimento e reforçar as datas importantes contidas no cronograma do edital do vestibular de 2022/1.

Consequente ao exposto, no edital 2022/1, conforme dados fornecidos pelo Núcleo de Seleção da UEG, houve cerca de 237 inscritos concorrendo à uma vaga



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



na Unidade Universitária de Iporá para apenas 40 vagas disponibilizadas para o respectivo curso.

Considerações Finais

Com a iniciativa do projeto obteve-se, portanto, uma ótima interação entre os discentes e docentes envolvidos, bem como também com os alunos de ensino médio, futuros vestibulandos, das respectivas escolas visitadas. Ademais, houve uma contribuição com o conhecimento de uma forma geral referente ao curso de Direito, desde a sua história, até os dias atuais, abarcando curiosidades sobre as principais carreiras jurídicas.

Agradecimentos

Direcionamos nossos agradecimentos aos orientadores/docentes que conduziram o referido projeto, bem como também aos demais integrantes que auxiliaram para o desenvolvimento deste.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Referências

FREITAS, HYNDARA. Brasil tem mais de 1.500 cursos de Direito, mas só 232 têm desempenho satisfatório. **Jornal Jota**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/carreira/brasil-tem-mais-de-1-500-cursos-de-direito-mas-so-232-tem-desempenho-satisfatorio-14042020>. Acesso em 01 out. 2022.

INEP. **Divulgado os números de inscritos no ENEM por UF**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/divulgados-numeros-dos-inscritos-no-enem-2022-por-uf>. Acesso em 01 out. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Concorrência. **Núcleo de Seleção**, Anápolis, 2022. Disponível em: http://www.nucleodeselecao.ueg.br/detalhe_processos.asp. Acesso em 10 out. 2022.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



ANÁLISES DO PROJETO DE EXTENSÃO “EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO DIA A DIA: ONDE PROCURAR SEUS DIREITOS NA CIDADE DE IPORÁ/GO”

Stella Victória Costa Moraes¹, Douglas Santos Mezacasa², Kennia Dias Lino³.

1 Universidade Estadual de Goiás – Universidade Universitária de Iporá, (IC), stellavcmoraes@gmail.com.

2 Universidade Estadual de Goiás – Universidade Universitária de Iporá, (PQ).

3 Universidade Federal do Mato Grosso (PQ).

Resumo: O presente trabalho investiga a ocupação dos conteúdos da cidadania e dos direitos humanos no âmbito extensionista do ensino universitário. Nesse sentido, analisa a justificativa do recente Projeto de Extensão “O exercício da cidadania no dia a dia: onde procurar seus direitos na cidade de Iporá-GO” em consonância com o tema da pesquisa. O conceito de cidadania mudou acompanhando o progresso da história humana. Dessa forma, desde sua imagem clássica, conjunta aos direitos individuais, até sua concepção moderna, que engloba substancialmente a democracia, presenciamos lutas e revoluções pelos direitos civis e políticos. Nesta compreensão, este trabalho se fundamenta como uma breve revisão acerca da aplicação acadêmica da cidadania e dos direitos humanos na esfera universitária analisando essa concepção junto ao Projeto mencionado. Para sua elaboração, o trabalho demandou pesquisa bibliográfica e documental esboçando sobre as ideias de autores referenciados no texto de acordo com o teor ideológico de seus pensamentos. O resultado final dessa pesquisa requer o desfecho do Projeto, sendo assim, parcialmente entregamos a seleção de dados coletados. Por fim, por recurso de um projeto extensionista, a partilha de informações contribuirá para a inserção do sujeito na vida política, a fim de reivindicar seus direitos e praticar a cidadania.

Palavras-chave: Socialização do conhecimento. Ensino a distância. Ensino-aprendizagem. Direitos Humanos.

Introdução

A concepção de cidadania, pela ótica moderna, ajudou na “[...] aquisição para a experiência histórica das democracias, mas em parte não se anelou à realização de certa fatia das preocupações que hodiernamente incomodam as práticas políticas” (BITTAR, 2004, p.8). Ou seja, a cidadania refletia a existência de direitos políticos completos e iguais, mas que pertenciam até então ao plano individual. Somente após as revoluções política, industrial e demográfica do século XIX que o conceito de cidadão incluiu o ideário de democracia europeia.

Com progresso nas definições de sociedade, a ideia de cidadania amplia-se para a cultura, economia e direitos coletivos de diversidade, como a diversidade sexual e outros. Com essas mudanças, o método de disseminar os valores de



cidadania e direitos humanos fora idealmente construído pela tolerância. Apesar disso, não apenas o compartilhamento é importante, introduzir a temática de direitos humanos na formação de professores é essencial para a qualidade do ensino universitário, referenciando sempre a realidade escolar (VAIDERGON, 2010, p.255).

No âmago do ensino universitário, a cidadania e os direitos humanos são trabalhados essencialmente sobre temas de difícil abordagem. Tal como na discussão das discriminações étnicas, culturais, religiosas, sociais, sexuais e de gênero, psicológicas e físicas. O modelo ornado de cidadania deve abranger diversas formas de vida, conhecendo as mais marginalizadas e, a partir desse primeiro contato teórico, estudar caminhos para reverter as discriminações. Vaidergon (2010, p. 254) sugere:

É saudável, pois, que surjam propostas de conteúdos a serem inseridas no ensino universitário, seja na formação de licenciados, seja como proposta de promoção e construção de uma cultura onde os direitos humanos não sejam apenas uma referência teórica longínqua.

Por essa perspectiva, este trabalho utilizou como objeto de análise o Projeto de Extensão titulado “O exercício da cidadania no dia a dia: onde procurar seus direitos na cidade de Iporá-GO”, no qual busca desenvolver a socialização dos direitos da cidadania. A ação de extensão citada está ligada ao eixo temático de Direitos Humanos e Justiça, no qual fazem parte o Direito Constitucional e Direito Administrativo no que se refere à estrutura do Estado, Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e Administração Pública, Direito e Indireta.

Conhecer os órgãos de exercício da Administração Pública é tão importante quanto conhecer os próprios direitos que permitem o pleno desempenho da cidadania. Por essa prerrogativa se justifica e se instaura o Projeto de Extensão supracitado, com base no exercício da cidadania no cotidiano concreto. Além disso, o Projeto utilizou-se as redes sociais e seus poderes de alcance e comunicação para propagar conhecimento.

Durante o momento de afastamento social enfrentado atualmente por razão da pandemia de Covid-19 as redes sociais são o meio pelo qual a Universidade pôde dar continuidade a sua finalidade de socialização de conhecimento garantindo a segurança de todos os envolvidos. Essa adaptação de ensino a distância proporcionou, embora os empecilhos financeiros, que houvesse integração entre a Universidade, os discentes e a comunidade.



É através dessa acomodação que as universidades públicas se mantêm vivas, ultrapassando obstáculos impostos e, principalmente, nunca deixando de se apoiar a tríade de ensino-pesquisa-extensão.

Material e Método

O plano de atividades do Projeto de Extensão apresentou fases destinadas à pesquisa e análise sobre a estrutura do poder público presente na cidade de Iporá-GO, como exercê-los e, por fim, como compartilhar esse conhecimento obtido para a maior quantidade de pessoas possível. A primeira fase foi destinada à pesquisa bibliográfica para conhecer os direitos que podem ser exercidos pelos cidadãos. Por conseguinte, com conhecimento desses direitos e de como exercê-los, foram estudadas maneiras de socializar o conhecimento.

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se da documentação do Projeto de Extensão, bem como a análise dos relatórios mensais de minha Bolsa Extensionista, incentivo que me viabilizou dedicar tempo aos trabalhos da Universidade e às ações de pesquisa e extensão. Além do material citado, artigos e livros sobre cidadania e direitos humanos na universidade foram examinados, bibliografias estas que se encontram-se nas referências.

Resultados e Discussões

O Projeto de Extensão teve início e término no 2º semestre de 2021 e buscou os melhores caminhos para projetar a sua edificação. Os alunos participantes, sob orientação semanal, pesquisaram em campo e produziram conteúdo informativo sobre o funcionamento dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo de Iporá-GO; sobre como age o Ministério Público no município; e sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). O próximo passo avançou para a criação e postagens informativas na plataforma Instauram, a fim de compartilhar o conhecimento adquirido e informar a comunidade.

Em relação à inserção da cidadania e dos direitos humanos na educação universitária, pelo elo com o Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito Constitucional, sua aplicação agrega no conhecimento dos estudantes e dos



professores, fortalecendo o elo ensino-aprendizagem. Tratamos neste trabalho de empregar a cidadania no cenário microrregional, embora apresentando a magnitude universal dos direitos humanos e da cidadania. Ao levar conhecimento básico de onde buscar e como efetivas os direitos fundamentais em Iporá-GO, cooperaremos para concretização dos direitos humanos e ao seu processo de integração mundial.

Considerações Finais

Os direitos humanos e a cidadania se configuram pelo viés histórico, visto que podem mudar de acordo ao tempo e espaço que coexistem. A cidadania, por mais ligada que esteja ao *ser cidadão* e seus direitos titulares do território, segue ante as regras internacionais. Portanto, abrange direitos civis, políticos, sociais, econômicos e diversos, vinculados à liberdade, igualdade, justiça e solidariedade.

Outrossim, a dignidade da pessoa humana integra-se ao Direito Internacional dos Direitos Humanos e ao Direito Constitucional do país no qual será aplicado, por esse sentido, a ideia atual de cidadania compreende o prisma coletivo e sustenta-se pelos direitos inerentes à dignidade humana. Tanto a dignidade como a cidadania estão delineadas na proteção das pessoas e de todas suas extensões, para que possam viver sob resguardo de seus direitos fundamentais.

Para que acate o objetivo de ressoar às necessidades dos seres humanos, que podem a todo momento demandar novos pedidos, é que existem órgãos específicos destinados a servir a população. Neste liame, permite-se a reivindicação da cidadania quando necessária, seja ao seu próprio Estado como aos espaços regionais e perante a ordem global. Dessarte, é papel deste Projeto coadjuvar para a execução dos direitos humanos através dos órgãos de proteção.

Piovesan (2013, p.75) determina o conceito de direitos humanos pelo ponto de vista contemporâneo, “[...] pela qual eles são concebidos como unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, na qual os valores de igualdade e liberdade se conjuram e se completam”. A autora sustenta que dignidade da pessoa humana é intrínseca à condição humana, de modo que essa concepção viria a ser anexada por todos os tratados e declarações de direitos humanos.



O Projeto, cuja dilatação visa principalmente a comunidade iporaense, procurou colaborar com a emancipação social pela propiciação de educação jurídica e dos conhecimentos básicos para o exercício da cidadania. Fortalecendo a transmissão de educação e informação, contribuindo para que os sujeitos tenham maior acesso aos seus direitos políticos e civis. Dessa forma, a utilização das redes sociais para socializar do saber é uma ferramenta valiosa pela circunstância de afastamento social, comprovando a Ciência Jurídica como popular e essencial.

Agradecimentos

Agradeço aos meus orientadores por me proporcionarem a participação no Projeto de Extensão “o exercício da cidadania no dia a dia: onde procurar seus direitos na cidade de Iporá-GO”, e à UEG - UnU de Iporá, por estar sempre ajudando a propiciar um ambiente de desenvolvimento intelectual e social voltado para as ações de ensino, pesquisa e extensão.

Referências

BITTAR, E. C. B. **Ética, educação, cidadania e direitos humanos**: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social. Barueri, SP: Manole, 2004.

CAMPELLO, L. G. B.; DA SILVEIRA, V. O.. Cidadania e direitos humanos. **Rev. Interdisciplinar do Direito**, [S.l.], v.8, n.01, p. 87-104, dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.faa.edu.br/index.php/FDV/article/view/320>>. Acesso em: 29 out. 2021.

CORRÊA, D. **A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas**. 3ª ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

PIOVESAN, F. **Direito Humanos e o direito constitucional internacional**. 14º ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

VAIDERGORN, J. Cidadania e direitos humanos na formação universitária. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 30, nº 81, p. 253-256, mai./ago., 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ykKJvVt94S5xk3QJqbrC6Rw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 out. 2021.



CINEMA E ENSINO JURÍDICO: um relato de experiência sobre o projeto de extensão Direito em Cartaz

Árilla Nascimento Oliveira₁ (IC)*, e-mail: arilla@aluno.ueg.br, Marina Zava de Faria₂ (PQ).

Campus Sul, Sede Morrinhos, Rua Quatorze, 625 - Jd. América, Morrinhos - GO, 75650-000_{1 e 2}

Resumo: Trata-se de um relato de experiência que tem como objetivo analisar se o projeto de Extensão Direito em Cartaz vem alcançando os objetivos por ele pretendidos, quais sejam, transmitir conhecimento jurídico de forma acessível, permitir o debate de ideias e demonstrar a relevância do cinema para a formação das noções jurídicas do indivíduo. Para essa análise, elaborou-se um questionário com 10 perguntas, sendo 8 fechadas e 2 abertas, acerca do grau de formação, área de conhecimento e contribuições do projeto. Obteve-se a participação de 15 pessoas cujas respostas serão complementadas com as visões da autora acerca das contribuições e dificuldades do projeto.

Palavras-chave: Direito em Cartaz. Ensino jurídico. Direito. Cinema.

Introdução

Trata-se de um relato de experiência que visa apresentar o Projeto de Extensão Direito em Cartaz. De forma específica, o Direito em Cartaz objetiva transmitir conhecimento jurídico de forma acessível, permitir o debate de ideias e demonstrar a relevância do cinema para a formação das noções jurídicas do indivíduo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS, 2021, p. 5).

O cinema instrui ao mesmo tempo em que propicia lazer (SOUSA e NASCIMENTO 2011, P. 17) e pode ser considerado ferramenta eficaz para fixar a teoria já que, a teoria jurídica muitas vezes é abstrata e de difícil compreensão. O uso do cinema então, torna acessível a transmissão de conhecimento jurídico. Além disso, o uso do cinema possibilita o desenvolvimento de habilidades imprescindíveis ao



profissional do Direito, a exemplo da comunicação adequada para cada espaço, a criatividade e a argumentação (FORTES, 2015, p. 57; SOUSA; NASCIMENTO 2011, P 18). Possibilita ainda a reflexão advinda do debate de ideias sobre a narrativa do filme ou além dela (SANTOS; RODRIGUES, 2014, P. 16).

Este relato de experiência analisará o cumprimento desses objetivos específicos, bem como, os desafios enfrentados pelo projeto.

Material e Métodos

O Projeto de Extensão Direito em Cartaz desenvolve suas atividades por meio da exibição de filmes e posterior debate, o qual é promovido por um convidado. A escolha do filme é feita pela equipe considerando a relevância do tema abordado, o momento de discussão, e em algumas sessões, escolhe-se o tema a ser debatido e o debatedor e este é quem sugere o filme. O profissional convidado a promover o debate, tem liberdade para fazer exposições relativas ao filme e trazer reflexões para além da narrativa fílmica, retiradas de sua vivência prática e acadêmica. As sessões são realizadas por meio do google meet, cujo link é enviado por e-mail aos previamente inscritos.

Para avaliar o cumprimento dos objetivos do Direito em Cartaz, elaborou-se um formulário por meio do google forms, com perguntas relacionadas ao grau de formação, área de atuação, se público externo ou interno à UEG e suas percepções sobre as sessões. Foram 8 questões objetivas e 2 questões abertas. Das 13 sessões realizadas pelo projeto, tivemos uma média de 20 por sessão. O formulário foi divulgado por e-mail, e pelas redes sociais, no entanto, o número de respostas foi 15, de modo que a margem de erro considerando a média de participantes é 13%.



Resultados e Discussão

Neste tópico serão apresentadas de forma complementar as experiências e problemas mais relevantes para a autora somadas às respostas obtidas no formulário¹. Passa-se a análise das perguntas relacionadas ao primeiro objetivo do projeto. Em relação aos respondentes, majoritariamente do curso de Direito pode-se considerar como atendido o primeiro objetivo do projeto. Na *pergunta 8*, 26,7% dos respondentes considera como maior contribuição a “Exemplificação ou fixação de conteúdos jurídicos” e 26,7% considera a “interdisciplinaridade” e ainda obteve-se a seguinte afirmativa na *pergunta 9*, aberta, sobre as contribuições “Uma forma diferente de trazer temas importantíssimos à tona, de forma leve e mais tranquila, saindo da forma pesada que é nosso modelo de estudo atual”. Oportuno frisar que o projeto já recebeu inclusive, participantes do curso de Ciências Contábeis, e debatedores dos cursos de História, Relações Internacionais e do ramo Musical, entretanto, por não terem respondido ao formulário, não é possível precisar se fato a linguagem e o conteúdo estão acessíveis em relação a estes.

Quanto ao segundo objetivo do projeto, o debate está relacionado tanto a comunicação quanto a capacidade de pensamento crítico. Na *pergunta 8*, 66,7% responderam que as sessões contribuíram para a capacidade de “Pensamento crítico: reflexão, questionamentos, críticas sobre o Direito”, 33,3% responderam que contribuiu para a “comunicação”. Na *pergunta 9*, aberta, sobre as contribuições, foram citadas a capacidade de socialização, “O projeto me apresentou questões que eu nunca tinha analisado, além do mais, me ensinou a ter um olhar crítico sobre os filmes”. A percepção da autora, não obstante os resultados positivos apontados, entende que a contribuição dos participantes durante a sessão, precisa ser

¹ Para acessar a íntegra das respostas do formulário [clique aqui](#).



estimulada, apesar de sempre haver questionamentos, ainda é um número pequeno.

Por último, quanto ao objetivo de demonstrar a relevância do cinema para as formações jurídicas do indivíduo, tem-se como satisfeito, já que atendidos os objetivos anteriores, além da seguinte afirmativa na *pergunta 9*, aberta, sobre as contribuições, “A Princípio, desde quando participei da primeira sessão não perco nenhuma, todos os filmes escolhidos são sensacionais e projetam uma visão não só jurídica mas em sobreposição a atitude da sociedade. Agrega bastante ao conhecimento as falas dos debatedores e são de diversas áreas.”.

Considerações Finais

Diante do exposto, é possível concluir que, inobstante a baixa adesão ao formulário e o grande número de respondentes egressos do curso de Direito, os objetivos pretendidos pelo Direito em Cartaz vêm sendo atendidos. Ocorre, porém, que algumas críticas e sugestões foram feitas pelos participantes, as quais merecem destaque. Dentre elas: a realização de sessões no período noturno, a adoção de legenda e áudio em português e a transmissão de filmes brasileiros, especialmente, aqueles que reflitam a realidade local.

No que concerne aos problemas percebidos pela autora cita-se a baixa adesão de respostas ao formulário, situação que pode ser resolvida pela inclusão de espaços de feedback no próprio formulário de presença. Em relação a baixa contribuição dos participantes, no sentido de perguntas, talvez o envio de materiais para leitura prévia antes da sessão por meio do Telegram e enquetes interativas. Em relação a baixa participação de outros cursos talvez a divulgação do projeto em outros cursos, Campos ou eventos interdisciplinares promovidos pela UEG.



Agradecimentos

Agradeço à Universidade Estadual de Goiás e à coordenadora Dra. Marina Zava de Faria.

Referências

FORTES, Pedro. **Ensino Jurídico, Imaginação E Reflexão**: cinema como ferramenta pedagógica para o ensino reflexivo e criativo de ‘tutela coletiva de direitos’. In: FORTES, Pedro Rubim (Org.). Ensino Jurídico, Cultura Pop e Cultura Clássica - Cadernos FGV Direito Rio. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015. 208 p. — (Cadernos FGV DIREITO RIO; 11)

SANTOS, Diego Prezzi; RODRIGUES, Rene Chiquetti. Cinema e Direito – Elementos para uma reflexão acerca das possibilidades de crítica a partir do uso do cinema como recurso pedagógico no ensino jurídico. **Revista Jurídica - UNICURITIBA**. Curitiba, v. 1, n. 34, p. 78-96, Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/2067> Acesso em: 16 out. 2021

SOUSA, Ana Maria Viola de.; NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira. Direito e Cinema - uma visão interdisciplinar. **Revista Ética e Filosofia Política**, Juiz de Fora, v. 2, n. 14, Out. 2011. Disponível em: <https://www.ufjf.br/eticaefilosofia/edicoes/anteriores/6%c2%aa-edicao-juridica/> Acesso em: 26 out. 2021

UNIVERSIDADE EESTADUAL DE GOIÁS. **Termo de autorização** – ação de extensão registrada sob Protocolo Geral: 2020PRE0210001. Morrinhos: 2021. Disponível em: https://cdn.ueg.edu.br/source/direito_-_ueg_386/conteudo/11701/Extensao__2021__Marina.pdf Acesso em: 06 out. 2022.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Primeira edição do Projeto Documentando o Direito: um relato de caso.

Thainá Afonso Rodrigues (IC)*, Laura Pereira Marçal (IC), Letícia de Souza Castilho Solange dos Santos Tomotani Sato (IC), Me. Thiago Henrique Costa Silva (PQ):

Universidade Estadual de Goiás, Faculdade de Direito – Morrinhos, R. Quatorze, 327, Jardim América, Morrinhos, CEP 75650000, GO - Brasil.

Partindo do objetivo geral do projeto Documentando o Direito, que é o envolvimento social e político com a comunidade local, pretende-se relatar o que foi desenvolvido ao longo da primeira edição, destacando a participação do público-alvo, interno e externo, e discutindo os efeitos das ações realizadas. Através do método descritivo e indutivo, ancorado em pesquisas bibliográfica e análise de dados primários, busca-se responder em que medida o projeto vem cumprindo o seu papel, que é despertar o olhar crítico e analítico para as questões socioambientais através dos documentários apresentados e debates ocorridos, ultrapassando as barreiras da juridicidade, compreendendo a interdisciplinaridade dos temas e como o direito pode ser achado nas artes. Como resultados, infere-se que a participação da comunidade local foi considerável, o público externo obteve proveito acerca dos debates propostos, bem como, em muito contribuiu para a formação das discentes da presente ação extensionista.

Palavras-chave: Direito e Arte. Direito Achado na Rua. Ação extensionista.

Introdução

O Projeto de Extensão foi constituído durante a pandemia da COVID-19, no ano de 2021. Para sua execução tivemos que nos limitar ao meio remoto e nos adequar para que o intento da extensão, de atuar para além das salas de aulas, pudesse se concretizar para além das telas. Buscamos a aproximação das categorias do Direito e da arte cinematográfica, visando a construção de um pensamento crítico do Direito,



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



pensando-o como em constante movimento e (des)construção (SOUSA JÚNIOR, 2015).

A primeira edição, que será objeto deste trabalho, ocorreu entre 20/09/2021 e 09/12/2021. Nosso objetivo é apresentar os principais resultados e discutir a atividade de extensão enquanto proposta de interação com a comunidade e promoção de saberes para o público interno.

O Projeto tem como referencial teórico o “Direito Achado na Rua” desenvolvido a partir das ideias de Roberto Lyra Filho, por José Geraldo de Sousa Junior (2015), buscando compreender como o direito se comporta e se movimenta, gerando e gerindo os conflitos sociais. Para tanto, nos propomos a trabalhar com documentários (seis, no total) com a temática socioambiental, promovendo debates com estudiosos das área e com os envolvidos na produção audiovisual. O Direito, achado nas variadas expressões artísticas, reverbera a complexidade social que nos rodeia e, por isso, de maneira lúdica, facilita o debate de questões sensíveis.

Por fim, a partir das pesquisas e dados colhidos, tentamos encontrar a resposta para os questionamentos sobre o cumprimento do projeto quanto à ótica que transcenda o padrão jurídico de analisar os temas socioambientais. Assim, para a obtenção da resposta utilizamos dos formulários de inscrição e presenças durante as sessões da primeira edição.

Material e Métodos

A presente pesquisa tem caráter qualitativo, porque a partir da apropriação de métodos e teorias para várias abordagens da temática socioambiental, e através das perspectivas de quem participou das sessões, houve o nosso reflexo quanto aos resultados, ou como explica Uwe Flick (2009), aconteceu a escolha adequada de



métodos e teorias convenientes, o reconhecimento e a análise de diferentes perspectivas, reflexões a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento, e variedade de abordagens e métodos.

E também, levando em consideração a seguinte perspectiva:

Uma pesquisa qualitativa pressupõe o estabelecimento de um ou mais objetivos, a seleção de informações, a realização da pesquisa de campo. Em seguida, constroem-se, se necessário, as hipóteses que se ocuparão da explicação do problema identificado e define-se o campo e tudo o que será preciso para a recolha dos dados. Recolhidos os dados, passa-se à fase de sua análise. Todavia, diferentemente da pesquisa quantitativa, na qualitativa o processo não é sequencial; o pesquisador avança às fases seguintes, mas constantemente retrocede as fases anteriores, para reformulações, sempre à procura de significados profundos. (LAKATOS e MARCONI, 2022, p. 300)

Ademais, para guiar o relato de caso utilizamos os métodos descritivo e indutivo, visto que partimos das constatações particulares de cada sessão realizada para chegar a uma resposta geral, a partir do seguinte pressuposto:

O argumento indutivo baseia-se na generalização de propriedades comuns a certo número de casos até agora observados e a todas as ocorrências de fatos similares que poderão ser verificadas no futuro. (...) é necessário que os fatos aos quais se estende a relação sejam verdadeiramente similares aos fatos observados e, principalmente, que a causa seja tomada no sentido total e completo. (CERVO E SILVA, 2014, p. 44 – 46)

Ressalta-se que utilizamos a pesquisa bibliográfica para auxiliar na construção dos resultados, sendo que além da obra “O Direito Achado na Rua” (SOUSA JUNIOR, 2015) como instrumento basilar, foram usadas as obras “O que é Direito” (LYRA FILHO, 1982), e “Saber Crítico e Senso Comum” (Warat, 1982). Além disso, manuseamos a ferramenta do Google, “GoogleForms”, para o levantamento dos dados analisados, os quais são quantidade de inscritos por sessão, e quantidade de



participação.

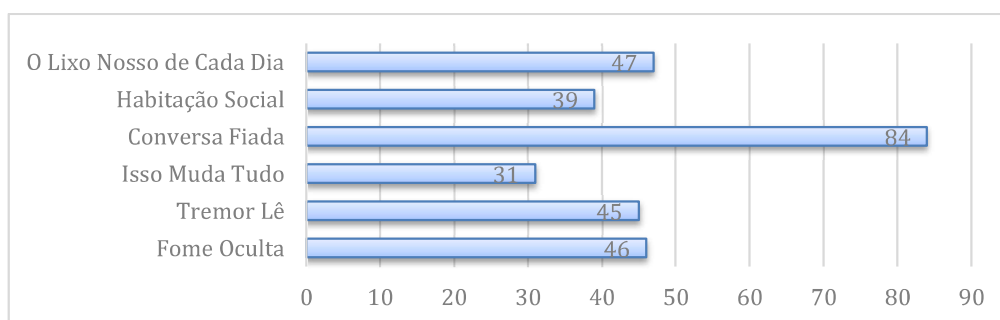
Resultados e Discussão

Dividimos a ação extensionista em três etapas. A primeira consistiu em exposições de documentários previamente selecionados e debates sobre os mesmos, levando em consideração as temáticas pertinentes ao projeto. Na segunda etapa, as integrantes do projeto juntamente com o orientador, organizaram oficinas que auxiliaram e expandiram o conhecimento para então a consecução da terceira etapa, que é a produção de um documentário. Após inúmeras discussões e pesquisas, foi escolhido o tema para realização do documentário: o “Projeto Horta Comunitária”, do município de Morrinhos-GO. O projeto selecionado foi escolhido levando em consideração a sua natureza pública-privada e a sua centralidade no combate à fome. A terceira etapa ainda está em andamento.

Ademais, a primeira edição envolveu a comunidade externa e local, sobretudo, pelo debate e apresentação dos documentários de forma remota.

Os gráficos abaixo relacionam presença e inscrição das sessões realizadas na primeira edição:

Gráfico 1 – Quantidade de Inscrições por sessão



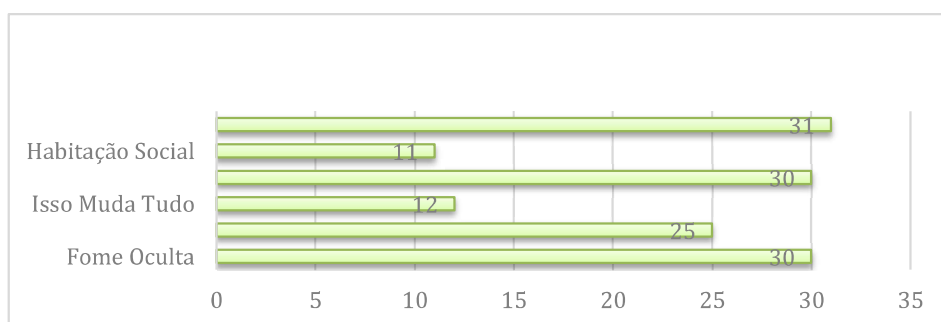
Fonte: elaborado pelos autores 2022.



Os Gráfico 1 traz a quantidade de inscrições em cada sessão da primeira edição, tendo o seu maior pico na inscrição da quarta sessão “Conversa Fiada”(2019), com 84 inscrições, enquanto o restante seguiram um padrão entre 30 e 47 inscritos. Diante do fato, cumpriu-se observar e discutir que, o interesse dos inscritos, em sua maioria discentes da UEG – Morrinhos, provavelmente, é voltado para a causa feminina e cultural local, tendo em vista que a sessão com maior inscritos é uma produção de Dinalva Ribeiro e Diego Zanotti, a qual conta a história de vida e superação de 15 fiandeiras.

Assim, para o seguimento da análise utilizamos o levantamento da quantidade de participantes por sessão:

Gráfico 2: - Quantidade de participantes por sessão



Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

Neste passo, a partir dos dados colhidos da ata de assinatura, notamos que a as sessões tiveram um alcance de 10 a 32 participantes, tendo seu menor número na sessão cinco “Habitação Social: uma questão de saúde pública” (2020). Por outro lado, a sessão com mais inscritos manteve-se na média de participações, com 30 presenças, mantendo a nossa discussão acerca do interesse das causas relacionadas a mulher e sociedade como ponto de partida para os próximos passos



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



do projeto. Em última análise, notamos que o projeto obteve um alcance entre 39% a 66% de envolvimento com o público, e não se pode olvidar que tanto as inscrições quanto as exhibições foram abertas ao público e fixando um melhor horário visando maior participação.

Por fim, chegamos a discussão de que o projeto proporciona conclusões e argumentações próprias, respaldadas na ciência, visto que a arte tem o poder de nos sensibilizar, trazendo à tona diversos sentimentos. Com as sessões notamos que a arte cinematográfica assume um caminho metodológico relevante. Portanto, o projeto tem grande peso e relevância no ensino do Direito, tendo em vista que através dos debates promovidos, foi possível ter uma melhor compreensão dos assuntos, melhorando o aprendizado e fixando melhor os conteúdos.

Considerações Finais

Pode-se concluir que a atividade extensionista proporcionou a aproximação entre o direito e as causas sociais, sendo um importante instrumento de conscientização e participação efetiva para a transformação social. Desse modo é que estudantes do curso de direito dialogam com a sociedade em relação aos variados conflitos e é só a partir deste tipo de prática, que extrapolam os limites das doutrinas e das normas jurídicas, que há uma emancipação do pensar, permitindo aos extensionistas o desenvolvimento de um olhar crítico para a realidade que os cercam, a despeito de suas certezas, convicções ou dogmas jurídicos.

Vale destacar ainda, que o projeto passa por uma nova edição, em que está sendo focado o papel das mulheres na sociedade, em documentários sobre mulheres e construídos por mulheres, a partir da premissa de que todas as bolsistas do projeto



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



são mulheres, e na primeira edição o maior enfoque foi em uma temática feminina.

Agradecimentos

Agradecemos, primeiramente, ao Dr. Thiago Henrique Costa Silva, nosso orientador, pelo incentivo e pela dedicação do seu tempo ao Projeto de Extensão “Documentando o Direito”. Também, agradecemos à Universidade Estadual de Goiás, pelo fomento da pesquisa, e todo o seu corpo docente, que mostra

Referências

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. **O Direito Achado na Rua**: Concepção e prática. Editora Lúmen Juris: Rio de Janeiro, 2015.

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Pearson, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa** [recurso eletrônico]/ Uwe Flick, tradução Joice Elias Costa – 3ª edição – Dados Eletrônicos – Porto Alegre: Artmed, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica** – 8ª edição – Editora Gen: 2022.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

WARAT, Luis Alberto. **Saber crítico e Senso Comum Teórico dos Juristas**. Revista Sequência, v. 3 n.5.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



**Universidade
Estadual de Goiás**



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Análise do projeto titulado “Motivos para fazer Direito”

¹Edith S. A. Santos (IC); ²Yasmin A. A. Nunes (IC); ³Maria G. P. Pinheiro* (IC) – pinheiromariag@gmail.com; ⁴Douglas S. Mezacasa (PG).

Rua Serra dos Den – Boa Vista, Iporá-GO, CEP: 76200-000.

Resumo: O presente resumo expandido irá abordar as ações do projeto denominado “Motivos para fazer Direito” promovido pelos discentes do curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Iporá. A iniciativa buscou aproximar os acadêmicos aos estudantes de ensino médio por intermédio de dinâmicas realizadas no interior dos colégios estaduais. O objetivo consistiu em demonstrar quatro aspectos aos vestibulandos, sendo eles: “como surgiu o curso de Direito”; “quais as áreas de atuação jurídica”; “vantagens e desafios das principais carreiras jurídicas”; e “como ingressar na UEG por meio do vestibular”. Para isso, os alunos com o auxílio dos docentes, durante o ano de 2021, participaram de feiras estudantis e organizaram *banners*, assim como outros elaboraram diversos materiais didáticos, afim de manter relação pedagógica e esclarecedora frente às dúvidas dos estudantes. Expor a relevância da graduação em Direito é de extrema importância, pois auxilia a sociedade na compreensão de seus direitos e deveres. Ademais, face a conturbação quanto à escolha da futura profissão, a orientação para os adolescentes torna-se uma saída.

Palavras-chave: Curso de Direito. Carreiras Jurídicas. Vestibulandos. Ensino Médio.

Introdução

O Brasil é o país com maior número de faculdade de Direito no mundo e contava, em 2018, com 1.502 cursos para formar bacharéis na área, segundo dados fornecidos pelo Jornal Jota (2020). Dessa maneira, pode-se observar que a procura e



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



a oferta do curso jurídico em território pátrio é de grande extensão.

Nesse ínterim, alunos que estão no Ensino Médio apresentam-se confusos quanto à escolha do curso desejado. Não há apenas diversas faculdades espelhadas por todo o território, mas há também, diversos cursos com peculiaridades a sua espera. Segundo o INEP, em 2022, cerca de 3.396.632 pessoas estão inscritas no ENEM, o que demonstra a vasta procura dos jovens brasileiros por uma universidade pública.

Nessa esfera, o auxílio e o levantamento de informações relevantes para nortear estes estudantes se faz necessário. Por essa razão, o projeto “Motivos para fazer Direito” se deslocou às unidades escolares em 2021, com o intuito de levar informações sobre o referido curso ofertado na Universidade Estadual de Goiás de Iporá.

Material e Métodos

O projeto foi composto pôr treze discentes e direcionado pelos docentes Kênia Ferreira de Deus Lucena e por Douglas Santos Mezacasa. Para a sua elaboração, foram realizadas diversas pesquisas acadêmicas com base em artigos científicos, doutrinas e sites jurídicos.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Resultados e Discussão

Os resultados parciais provindos do projeto “Motivos para fazer Direito” foram avaliados como proveitosos, tanto para a UEG, quanto para os discentes da instituição, bem como também para os estudantes de escolas do ensino médio de Iporá.

A priori, os discentes foram separados em grupos e levados às escolas estaduais para promoverem seus objetivos. Entre as escolhidas, estão: Colégio Estadual Elias de Araújo Rocha e a Escola Estadual Osório Araújo de Lima. Durante o dia, foram distribuídos lanches aos alunos e realizado pequenas palestras acompanhadas de um vídeo, cujo objetivo era promover o debate entre os acadêmicos e os estudantes em relação ao curso e as principais carreiras jurídicas.

Obteve-se, assim, um grande alcance de propagação das informações sobre o curso e o vestibular, atingindo o público alvo, tais como os alunos e a comunidade em geral, em decorrência da divulgação do vídeo elaborado pelos integrantes do projeto, o qual foi exposto nas redes sociais, tendo assim mais de 600 (seiscentas) visualizações.

Ademais, as informações repassadas para os alunos do ensino médio sobre o curso de Direito, via “Instagram” e “WhatsApp”, contribuiu para sanar dúvidas, levar conhecimento e reforçar as datas importantes contidas no cronograma do edital do vestibular de 2022/1.

Consequente ao exposto, no edital 2022/1, conforme dados fornecidos pelo Núcleo de Seleção da UEG, houve cerca de 237 inscritos concorrendo à uma vaga na



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Unidade Universitária de Iporá para apenas 40 vagas disponibilizadas para o respectivo curso.

Considerações Finais

Com a iniciativa do projeto obteve-se, portanto, uma ótima interação entre os discentes e docentes envolvidos, bem como também com os alunos de ensino médio, futuros vestibulandos, das respectivas escolas visitadas. Ademais, houve uma contribuição com o conhecimento de uma forma geral referente ao curso de Direito, desde a sua história, até os dias atuais, abarcando curiosidades sobre as principais carreiras jurídicas.

Agradecimentos

Direcionamos nossos agradecimentos aos orientadores/docentes que conduziram o referido projeto, bem como também aos demais integrantes que auxiliaram para o desenvolvimento deste.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Referências

FREITAS, HYNDARA. Brasil tem mais de 1.500 cursos de Direito, mas só 232 têm desempenho satisfatório. **Jornal Jota**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/carreira/brasil-tem-mais-de-1-500-cursos-de-direito-mas-so-232-tem-desempenho-satisfatorio-14042020>. Acesso em 01 out. 2022.

INEP. **Divulgado os números de inscritos no ENEM por UF**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/divulgados-numeros-dos-inscritos-no-enem-2022-por-uf>. Acesso em 01 out. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Concorrência. **Núcleo de Seleção**, Anápolis, 2022. Disponível em: http://www.nucleodeselecao.ueg.br/detalhe_processos.asp. Acesso em 10 out. 2022.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



NAUFO: O desenvolvimento e produção de podcasts com suporte da rádio UEG

Artur de Souza Borges

Estudante (IC)

artur.borges@aluno.ueg.br

Rua Prof. Alfredo de Castro, 9175 - Parque das Laranjeiras, Goiânia - GO, 74855-130

Resumo: O presente texto apresenta minhas contribuições no projeto de extensão chamado NAUFO, Núcleo Audiovisual de Produção de Foleys. O projeto busca profissionalizar estudantes do curso de cinema e audiovisual na produção de materiais sonoros de filmes, séries e podcasts. Apresenta-se a os produtos realizados e minha experiência nesse processo.

Palavras-chave: podcast; NAUFO; super-heroi; produção sonora.

Introdução

Com sede no campus Goiânia-Laranjeiras da UEG, o Núcleo Audiovisual de Produção de Foleys (NAUFO) é um projeto de extensão que desde seu início vem contribuindo para o desenvolvimento dos alunos do curso de cinema e audiovisual na área de produção sonora. Além da produção de Foleys para filmes, o projeto também realizou, devido ao contexto de pandemia da Covid-19, diversos programas de rádio e podcasts. Esse texto apresenta minhas contribuições e experiência no projeto durante os anos de 2021 e 2022. Em 2021, foi produzido o programa K-Talk para a rádio UEG. E em 2022, foi iniciada a produção dos podcasts Momento Pop e Identidade Secreta. Todas essas três produções foram possíveis graças ao auxílio do



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



NAUFO e da rádio UEG.

Material e Métodos

Durante as reuniões online do projeto NAUFO, que aconteceram em 2021 remotamente por causa da pandemia de Covid-19, a coordenadora do projeto, professora Thais Oliveira, ofereceu minicurso sobre produção de podcasts e instigou os participantes do projeto a idealizarem propostas. A mídia podcast pode ser entendida como uma mídia que conta com uma estrutura de som ou de som e imagens e que possui “uma ferramenta de distribuição de conteúdo digital via internet, portanto, pode ser suporte também de vídeos, textos, imagens estáticas” (CARVALHO, 2011, p. 3). O podcast é uma mídia que cresce a cada ano:

pesquisa realizada pela Volt Data Lab, divulgada em agosto de 2019, revela que a produção dos 100 principais podcasts brasileiros cresceu em 200 vezes desde 2005, chegando a mais de 3.400 episódios publicados em 2018. Em comparação, os 100 principais podcasts nos Estados Unidos, maior país produtor e consumidor do formato, produziram cerca de 5.800 episódios no mesmo ano (VIANA, 2020, p.3)

A rádio UEG Educativa abre inscrição anualmente para que técnicos administrativos, alunos e professores da Universidade Estadual de Goiás possam propor ideias de materiais sonoros para a programação da rádio. A partir da minha experiência com a edição de som no programa de rádio K-talk, eu comecei a esboçar uma proposta de podcast que pudesse dialogar com algo do meu interesse, o mundo dos super-heróis e das histórias em quadrinhos. O podcast Identidade Secreta foi inicialmente idealizado por mim e tinha a premissa de desvendar o mundo dos super-heróis dos quadrinhos até as adaptações para o cinema.

Apresentado por estudantes do curso de Cinema e Audiovisual, o Identidade Secreta foi concebido na tentativa de abordar esse universo midiático por lentes as quais não costumavam ser abordados. Como estudantes de Cinema e Audiovisual, os apresentadores foram capazes de olhar tanto para a forma quanto para o conteúdo de uma forma mais crítica. Esse olhar, claro, foi guiado pela professora Thais que orientou, por meio de reuniões virtuais, certos cortes nos temas tratados, permitindo que as discussões não se contradissem ou entrassem em campos controversos. A partir das reuniões, realizamos uma vinheta de divulgação do projeto, que pode ser



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



conferida aqui: <https://drive.google.com/file/d/1wX3XcTAYjmlit0gn3a4eP6-epRnzL2Kw/view?usp=sharing>. A orientação da professora Thais também serviu em campos formais nos quais, eu passei por processos de aprendizado de manipulação de ferramentas de áudio e entendimento sobre a construção de narrativas sonoras.

Resultados e Discussão

Inicialmente eu estava integrado no projeto de extensão trabalhando no desenvolvimento e edição do programa de rádio da Radio UEG Educativa intitulado K-talk. O programa era focado em temas relacionados à cultura da Coreia do Sul como kdramas, khiphop, k-pop. O programa contou com dezoito episódios que podem ser ouvidos no link a seguir:

http://www.radio.ueg.br/noticia/56111_novo_programa_k_talk

Quanto ao Identidade Secreta, foram produzidos 8 episódios do podcast Identidade Secreta, cada um focado em um super-herói ou equipe de super-heróis diferentes. Abaixo uma descrição de cada personagem abordado nos episódios já produzidos:

- Episódio 01 – Batman
- Episódio 02 – Homem-Aranha
- Episódio 03 – Feiticeira Escarlata
- Episódio 04 – X-Men
- Episódio 05 – Cavaleiro da Lua
- Episódio 06 – Doutor Estranho
- Episódio 07 - Thor
- Episódio 08 – Power Rangers

Os 8 episódios já lançados e estão disponíveis em diversas plataformas de áudio, incluindo o Spotify, Google Podcasts, Deezer e a Amazon Music, que podem ser encontrados e escutados neste link: <https://anchor.fm/podcast-identidade->



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



[secreta](#).

A realização desses episódios foi potencializada pelo subsídio oferecido pelo NAUFO no qual foram realizadas oficinas de edição e gravação de áudio que auxiliaram na produção dos episódios. A professora Thais, coordenadora do NAUFO, contribuiu com uma mentoria em cada etapa do desenvolvimento, além de servir como consultora dos episódios, eventualmente corrigindo erros no áudio.

O lançamento do podcast também só foi possível graças ao auxílio da rádio UEG Educativa, com o uso da ferramenta Anchor. Por fim, a divulgação do projeto se valeu de recursos do NAUFO e da rádio UEG, tendo Isis Dias aluna do curso de Cinema e estagiária do CriaLAB, como responsável pela criação de conteúdos de marketing do podcast para redes sociais.

Considerações Finais

Acredita-se que nesta apresentação possa ser possível como se dá a contribuição do projeto NAUFO no aprendizado mais específico em som para alunos do curso de cinema e audiovisual. A partir desses aprendizados é possível a construção de uma diversidade cultural goiana, tendo como base o podcast Identidade Secreta, programa focado em introduzir os diversos super-heróis que hoje dominam a cultura pop, e possibilitar discussões acerca da linguagem empregada nesses personagens e nos impactos sociais e políticos que estes causam. Isso demonstra como o NAUFO e a rádio UEG são espaços de enorme importância para a produção cultural goiana.

Agradecimentos

Agradeço a bolsa concedida pela Pró-reitoria de Extensão para a atividade.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Referências

CARVALHO, Paula Marques de. Podcast: Novas possibilidades sonoras na Internet. Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Universidade Católica de Pernambuco, 2 a 6 de setembro de 2011.

VIANA, Luana. **Estudos sobre podcast: um panorama do estado da arte em pesquisas brasileiras de rádio e mídia sonora.** Contracampo, Niterói, v. 39, n. 3, dez./mar. 2020



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



NOTAS SOBRE O PROBLEMA DO ACESSO À EDUCAÇÃO JURÍDICA

Wyara Rodrigues de Moura¹ (IC)*

Universidade estadual de Goiás, UnU de Palmeiras de Goiás.

Resumo: O trabalho aborda de maneira breve sobre a problemática do acesso ao saber jurídico, cenário este que evidencia a ineficácia dos direitos humanos no Brasil, embora posituação de garantias constitucionais. Ao refletir sobre as possíveis propostas para solucionar o referido problema, investigam-se as experiências sociais de educação jurídica popular, que auxiliam no processo de democratização de direitos e de instrumentalização da população em situação de opressão para pleitear devidamente seus direitos então negligenciados. A pesquisa utiliza metodologia qualitativa, recorrendo aos métodos hipotético-dedutivo e dialético, mediante as técnicas de pesquisa bibliográfica, histórica e de estudo de caso.

Palavras-chave: Acesso. Saber jurídico. Emancipação. Consciência Crítica.

Introdução

O direito, de acordo com o jusfilósofo Miguel Reale (2002), consiste em um conjunto de regras obrigatórias que garantem a convivência pacífica da coletividade estabelecendo limites as ações individuais, sendo assim compreendido como um instrumento composto por normas e regras impostas pelo Estado desenvolvido de maneira abstrata, genérica e evolutiva, por meio do qual se concretiza o ideal justiça, que nesse sentido, permite-se afirmar que disciplina as relações externas prevenindo conflitos diversos.

¹ wyara@aluno.ueg.br/ wyararmoura@gmail.com



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



É importante destacar que o acesso ao saber jurídico se constitui em aspecto fundamental para o processo de democratização e politização da população, sendo assim, a ausência dessa se torna um obstáculo no que se refere a emancipação social. Nesse sentido, cabe destacar que a carência da educação jurídica em especial àquelas que possuem poder aquisitivo baixo é um problema de caráter nacional, haja vista que a população do nosso país é composta em sua grande parte por pessoas com recursos financeiros limitados, o que impossibilita o processo de efetivação e de pleito dos direitos fundamentais para classes sociais em situação de vulnerabilidade, situação que os mantem imobilizados quanto ao enfrentamento problemáticas pontuais.

Isto posto, conclui-se que, para que o direito chegue a todos os cidadãos de forma democrática e emancipatória, se faz necessário que os indivíduos tenham conhecimento dos seus direitos e deveres, para assim utilizá-los como objeto de transformação do meio em que vivem, como instrumento contra as injustiças triviais. Nesse interim, Melo (2009, p. 2) destaca que “para se lutar pela concretização de um direito, o primeiro passo é conhecê-lo, saber-se dele titular, capaz de utilizar os recursos e as ferramentas jurídicas que existem ao seu dispor para assim efetivá-lo frente às injustiças com que se depara no cotidiano”.

Dessarte, como dito anteriormente, percebe-se algumas dificuldades no tocante ao acesso ao conhecimento jurídico de grupos com perfil socioeconômico mais vulnerável, devido a linguagem tecnicista, rebuscada e formal, o que acaba dificultando a compreensão da população comum com menor poder aquisitivo sobre demandas relevantes e pontuais. Nesse aspecto Melo também pontua,

O Direito encontra-se isolado da sociedade. Preso aos códigos, ao exacerbado tecnicismo, ao formalismo incompreendido pelo cidadão comum, o Direito está distante das outras ciências e da comunidade a quem deve cumprir o papel de harmonizar a convivência e resolver os conflitos. (2009, p. 1)



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Material e Métodos

Aspirando atender o objetivo geral do projeto que consiste na propagação do conhecimento jurídico para os grupos sociais em situação de vulnerabilidade, viabilizando a transformação da realidade social como mecanismo de politização, conscientização e proporcionando um acesso mais democrático, foi realizado inicialmente buscas para identificar parte dos grupos-alvo e por parcerias para a promoção de cursos de formação de direitos fundamentais para a população local, com intuito de democratizar direitos básicos para grupos vulnerabilizados.

Resultados e Discussão

Devido a toda formalidade encontrada no direito positivado, aliada as condições socioeconômicas da população em situação de vulnerabilidade, as normas passam a ser utilizadas como instrumento de dominação de grupos mais abastados, que acabam se beneficiam do déficit jurídico de grupos menos favorecidos e fortalecendo cada vez mais a relação de dominação em desfavor dos grupos econômicos mais carentes, permanecendo, portanto, distantes da consciência de oprimido e com seus direitos negligenciados.

Conscientes desse cenário preocupante, foi promovido o I Ciclo Nacional de Formação em Direitos Humanos, evento realizado em novembro de 2021, que materializa o objetivo geral desse projeto de extensão, de promover cursos de formações, desenvolvendo e discutindo temas relevantes de direitos fundamentais



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



para a comunidade em geral, que fora dividido e apresentado em três semanas visando propiciar o acesso ao saber jurídico de diversos temas sendo eles respectivamente: “Abusos e Violência Contra Crianças e Adolescentes”, “A situação dos Refugiados e Migrantes no Brasil” e “Território, Cultura e Patrimônio Indígenas”.

Considerações Finais

Por tanto, devido ao preocupante cenário apresentado em linhas gerais que evidenciam um grave problema no que se refere ao acesso ao saber jurídico pelas camadas sociais mais vulneráveis e à dificuldade de implementação dos direitos já positivados e de pleito perante o Estado, nota-se a relevância da promoção de projetos de educação jurídica popular desenvolvidos por entidades e movimentos sociais, para ampliar a compreensão e consciência crítica do referido grupo.

Assim sendo, o projeto extensionista “Educação popular em direitos humanos: ampliando o acesso ao saber jurídico”, desenvolvido junto ao Curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás, dispôs entre a população local a democratização do saber jurídico. Ampliando, dessa maneira, as possibilidades de melhoria de vida dos grupos socialmente excluídos, utilizando-se do direito para a defesa de suas garantias constitucionais, proporcionando um movimento coletivo de cunho emancipatório.

Agradecimentos

Ao professor Ricardo Oliveira Rotondano, tutor dessa ação extensionista, por instruir e conduzir este projeto com tamanha dedicação e seriedade, pelo empenho aplicado e auxílio, pela paixão e comprometimento em desenvolver ações que visam diminuir a desigualdade e levar o conhecimento dos direitos humanos àqueles que são duramente negligenciados.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Referências

MELO, Lucas Sidrim Gomes de. A educação jurídica popular e a democratização do conhecimento jurídico. **Anais do XIV Seminário de Pesquisa do CCSA**. Natal: UFRN, 2009.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 27. ed.. São Paulo: Saraiva, 2002.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



O INFOMATIVO PEDAGÓGICO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA E MEMÓRIA DA UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ITUMBIARA EM 2021

Sara Andrade Pereira^{12*}(IC), Breno Marçal de Araújo¹ (IC), Bruna Samilly Carneiro Ribeiro¹ (IC), Fabaina Silva Delmondes¹ (IC), Raiza Milena Izidio de Souza¹ (IC), Sophia Antunes Rosa¹ (IC), Yuri Martins da Paz¹ (IC) e Yara Oliveira e Silva¹ (PQ).

¹ Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária (UnU) de Itumbiara.

² E-mail: saraandradep26@gmail.com

Resumo: O Informativo Pedagógico (Infope) é um projeto de extensão que tem como foco divulgar, socializar e intensificar a comunicação sobre os diversos acontecimentos que compõem uma instituição de ensino superior. As atividades acadêmicas desenvolvidas na Universidade Estadual de Goiás (UEG), em especial na UnU Itumbiara, são alimentadas diariamente e ganham proporções diferenciadas conforme o que se desenvolvem, tanto em nível de ensino quanto de extensão, pesquisa e gestão acadêmica. Nesse sentido, o Infope visa contribuir para a projeção da instituição na sociedade demonstrando o seu potencial informativo e os propósitos institucionais a todos os envolvidos direta ou indiretamente. Divulgar seus acontecimentos proporciona visibilidade da instituição e seu compromisso educacional, social e político. Assim valorizam-se todos os esforços da comunidade acadêmica envolvida da mesma forma em que se preserva a memória e a história dos fatos cotidianos que constroem a identidade de uma instituição. O Infope é veiculado mensalmente e sua divulgação acontece por meio de meios eletrônicos, murais e *site*. As notícias são elaboradas com contribuição de todos que se envolvem com as atividades da UEG, UnU Itumbiara, sendo gestores, técnico-administrativos, docentes e discentes. Em especial, há a contribuição de acadêmicos bolsistas vinculados às ações do projeto.

Palavras-chave: Informação. Memória. Itumbiara.

Introdução

O Informativo Pedagógico (Infope) é um projeto de extensão que está atualmente em sua oitava edição. Tem como objetivo ampliar o processo de comunicação a partir da divulgação das atividades desenvolvidas na Unidade Universitária (UnU) de Itumbiara expandindo a visibilidade da instituição tanto internamente quanto na sociedade em que se insere, da mesma forma em que se preserva sua história e memória. Busca-se registrar e divulgar os fatos cotidianos da



instituição contribuindo para a preservação de sua memória e construção de sua identidade.

Em decorrência da grande quantidade de informações do cotidiano universitário, registrar os fatos se torna fundamental para assegurar a continuidade e a lembrança dos mesmos (LÉVY, 2007).

Para Bauman (2008) vivemos em tempos onde nada é para ser duradouro, tudo é temporário. Ao falar da informação, o autor afirma que a mesma é tão líquida que escorre pelas nossas mãos. Temos dificuldades em reter e solidificar a informação até mesmo por sermos acometidos pela sua velocidade, como apontou Lévy (2007).

Neste sentido, o projeto tem como intuito intensificar e mobilizar a comunidade acadêmica para a importância de registrar os fatos que constroem a memória e a história da Universidade, uma vez que a UnU de Itumbiara, está em constante crescimento movimentando diversas ações extensionistas, de pesquisa e de ensino.

É nesse contexto que o Infope se insere, apresentando-se como um meio que divulga as atividades realizadas na UnU Itumbiara. Trata-se de uma produção acadêmica compartilhada por todos os envolvidos na instituição que tem como intenção a socialização das atividades desenvolvidas em todos os níveis. Com isso, valorize-se seus sujeitos, não apenas em nível institucional, mas também reforçando a visibilidade e valorizando as ações desenvolvidas perante a sociedade.

Material e Métodos

Trata-se de um estudo retrospectivo, descritivo e quanti-qualitativo, baseado nos dados das edições anteriores do Infope. O Infope é apresentado em forma de um informativo estruturado em um *template* objetivo e interativo. Todo projeto é desenvolvido por meio de um trabalho de captura de informações e elaboração de notícias, especialmente sobre a UnU Itumbiara.



As edições contêm acontecimentos acadêmicos divulgados mensalmente, tanto em material impresso quanto digital. Isso possibilita a atualização constante das informações que necessitam ser divulgadas. O registro e divulgação contribuem para contar e registrar a história e a memória da instituição, já que todo o material produzido, ao final do ano letivo, constitui um acervo importante para toda a equipe da Universidade.

A captura de informação na instituição acontece em colaboração com acadêmicos de todos os cursos e que se inscreveram para fazer parte do projeto, além de outros colaboradores (acadêmicos, servidores, gestores e docentes) envolvidos direta ou indiretamente que contribuem enviando notícias para publicar no Infope. Todos os sujeitos que compõem a Instituição de Ensino Superior (IES) têm a liberdade de solicitar divulgação de alguma informação.

Reforça-se o Infope como veículo aberto, democrático e acessível a todos. As informações divulgadas são encaminhadas eletronicamente, via *e-mail*, ao coordenador e bolsistas do projeto que se encarregam de organizar o *template*, fazer a diagramação do informativo, estruturá-lo e divulgá-lo junto à comunidade.

Resultados e Discussão

Durante todo o ano de 2021 foram publicadas 10 edições, conforme o quadro1:

Quadro 1: Periodicidade das edições publicadas em 2021

EDIÇÃO	Periodicidade	Quantidade de páginas
80	01 de fevereiro a 26 de fevereiro	12
81	27 de fevereiro a 29 de março	15
82	30 de março a 29 de abril	14
83	30 de abril a 30 de maio	14
84	31 de maio a 29 de junho	12



85	30 de junho a 30 de Agosto	12
86	31 de agosto a 29 de setembro	13
87	30 de setembro a 04 de novembro	13
88	05 de novembro a 16 de novembro	10
89	17 de novembro a 17 de dezembro	12

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao quadro 1 pode-se afirmar que o Infope vem conseguindo firmar a periodicidade proposta para cada edição. Além das edições impressas, tem-se trabalhado também em uma edição mais interativa que agrega recursos de *links* e hipertextos. Para isso, a utilização do *site* da Universidade, em especial do domínio do UnU Itumbiara, é fundamental, pois por meio deste *site* é que tem-se disponibilizado galerias, conteúdos complementares e demais informações que são vinculadas ao Infope. No *site*, foi criado um menu exclusivo para disponibilizar todas as edições do informativo. Com isso, o leitor pode retomar qualquer um dos informativos divulgados a qualquer momento. Foi criada uma mídia social, o *Instagram*, para disponibilizar as informações. Outra divulgação do Infope é nos murais da UnU Itumbiara que estão localizados na recepção, na sala dos professores e corredor principal de acesso às salas de aula.

Outro resultado que pode ser percebido é a adesão gradativa da comunidade acadêmica a este veículo de informação. A cada edição, cresce o interesse dos docentes, discentes e gestores em utilizar o espaço do informativo para socializar as ações desenvolvidas na unidade. Notadamente, a quantidade de informações divulgadas assim como a qualidade das mesmas tem atingido um número cada vez maior de pessoas. Nota-se também que as notícias que envolvem atividades dos discentes têm tido um bom alcance entre eles que demonstram interesse em conhecer e divulgar as publicações. O retorno vem tanto em respostas via *e-mail* quanto pela mídia social.

O conteúdo publicado refere-se à atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa, extensão, estágio, aulas, atividades dos docentes e discentes, dentre



outros assuntos que tenham relação com a UEG e, em especial, a UnU Itumbiara. No total, foram veiculadas 160 notícias de diversas categorias. Essa veiculação se tornou possível devido ao envio das notícias por parte dos próprios autores ou pela captura de informações feita pela equipe que participa do projeto.

O quadro 2 apresenta a classificação destas notícias por cada segmento da instituição.

Quadro 2: Classificação das notícias veiculadas no Infope (por segmento)

Edições 80 a 89	Comunica- dos/ instituição	Docen- tes	Disce- ntes	Medici- na	Ciências Econômicas	Farmá- cia	Enferma- gem	Educação Física	Projetos de Extensão em Geral
	54	56	14	5	1	23	25	4	2

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que todos os segmentos estão representados no Infope. Contudo, o segmento “docents” é o que mais teve destaque nas edições de 2021. Percebe-se também que as notícias dos curso de Farmácia e Enfermagem têm apresentado aumento comparando-se a anos anteriores.

Considerações Finais

O registro do cotidiano e das ações que acontecem no meio acadêmico contribui para a construção da identidade e da história da instituição. Por isso, o levantamento escrito torna-se documento, marcas de um tempo memorável que se reconstrói pela ação de seus sujeitos (LE GOFF, 1990).

A memória, entendida por Le Goff (1990, p. 366) “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. São essas representações que contribuem para construir a identidade coletiva e revisitar a história.



Neste sentido, o Infope cumpre o seu papel de registrar a história e contribuir para preservar a memória a partir dos acontecimentos que marcaram um ano de atividades, e agora se estende dando continuidade para o oitavo ano. Este é o papel formativo do Infope: registrar e divulgar para contribuir na construção da memória coletiva da instituição.

Agradecimentos

À UEG e ao Programa de Bolsa Permanência e de Ações Extensionistas.

Referências

BAUMAM, Zygmunt. *Medo líquido*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* 8 reimp. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2007.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



**Universidade
Estadual de Goiás**



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



O QUE É UMA ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR?

Jhenyffer Skopek Cabral* (IC), cabraljheny@gmail.com

Rafael Gonçalves da Silva (PQ)

Universidade Estadual de Goiás Câmpus Norte – Sede: Uruaçu

Resumo: A Assessoria Jurídica Popular parte do ideal de superação da natureza ambivalente e abstrata dos Direitos Humanos, sua importância relaciona-se com a indignação ética que possibilita movimentos e organizações populares a questionarem as leis, abrangendo a construção de uma assessoria jurídica universitária popular de modo a despertar e preparar as pessoas envolvidas no projeto de extensão para atuarem em parcerias, contribuindo para pautas reivindicativas dos grupos minoritários. Assim, objetiva-se aprender com as comunidades e povos tradicionais, os movimentos sociais, as associações e as organizações populares de modo que estejam comprometidos com a emancipação humana, a justiça social e os Direitos Humanos, e para isso, é crucial que os estudantes tenham em mente o que é a AJUP, sendo tal a problemática guiadora do presente trabalho, adotando como metodologia a revisão bibliográfica, o qual a hipótese testada é que a Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP) é uma ação desenvolvida pela Universidade em conjunto com a sociedade.

Resumo: Qual a importância da AJUP? Sua abrangência? Quais os objetivos da AJUP? Qual a metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa? Hipótese – Possível resultado?

Palavras-chave: Direito. Resistência. Minorias.

Introdução

A Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP) é uma ação desenvolvida pela Universidade em conjunto com a sociedade, uma extensão voltada à comunidade. Dessa forma, as atividades que são realizadas se baseiam na educação popular ligada aos Direitos Humanos, fato que pode levar a uma futura transformação, possibilitando às pessoas mais pobres a terem acesso aos direitos básicos.

Compreende-se que a AJUP está ainda se construindo no dia a dia de todos



aqueles universitários de Direito que entram nesse projeto, de modo que o progresso das AJUP's fora ao longo do desenvolvimento dos estudantes e a interação com a comunidade dentro do espaço universitário. As práticas realizadas pelas assessorias revelam o direito como forma de mudança social e não a salvação para todos os problemas da sociedade, por meio da realização da prática, do exercício e da ação do direito.

Material e Métodos

Este trabalho propõe-se a dissertar sobre como a AJUP atua na pretensão da concretização dos direitos dos oprimidos, entendendo-se o que é a AJUP, adotando-se como problemática: O que vem a ser entendido como AJUP? A metodologia adotada para a resolução é a de revisão bibliográfica, no qual a hipótese testada é que a Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP) é uma ação desenvolvida pela Universidade em conjunto com a sociedade, tomando como fontes primárias as obras: *Direito Insurgente e Pluralismo Jurídico: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960 – 2000)* de Luiz Otávio Ribas (2009) e o capítulo *O acesso à justiça* de Boaventura de Sousa Santos (2011).

Resultados e Discussão

No período do regime militar no Brasil, as assistências jurídicas foram extintas em razão da coerção autoritária que as universidades passaram a vivenciar, porém, tal extinção foi o que dera lugar ao “nascimento” às AJUP's. As práticas jurídicas dos movimentos populares estão na linha de contestação e reivindicação de um Estado que precisa ser extinto. O (des)uso estratégico do direito é uma emergência de uma crítica que possa ligar os pontos de táticas a uma estratégia insurgente revolucionária.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Conforme Ana Lia Vanderlei de Almeida (2015, p. 69), a constituição da assessoria jurídica popular no Brasil “remonta, pelo menos, ao enfrentamento da ditadura civil-militar por parte de certos profissionais e estudantes do direito desde a década de 1960”. Com o regime ditatorial do governo militar que perdurou no Brasil nos anos de 1964-1985, tem-se a criação de centros de assistências jurídicas, como sendo os primeiros registros do que depois viria ser a AJUP.

Nesse sentido, a AJUP é a externalização da busca pela efetivação do direito dos oprimidos, caracterizado pela dialética necessidade-capacidade, se constituindo pelo desdobramento da ação coletiva dos movimentos sociais, onde a força dada a estes, é resultado das lutas esquerdistas, que de certa forma reestruturou a cognição da luta de classes para o encadeamento de mobilizações voltados para a identidade (ALMEIDA, 2014).

Partindo da reflexão de Almeida, a Assessoria Jurídica está interligada à educação popular, sendo inspirada pela pedagogia emancipatória de Paulo Freire, sendo a AJUP um viés que visa popularizar o direito por meio da inclusão das minorias que, por práxis da sociedade, são excluídos, como afirma Luiz Otávio Ribas, “esse distanciamento da realidade social do legislador, além de esvaziar a efetividade da lei, contribui para um afastamento cada vez maior entre lei e realidade” (2009, p. 97).

O desempenho da AJUP está em ser a própria prática de movimentos populares na resistência e na proposição de uma outra cultura jurídica que seja contraposta ao positivismo jurídico e ao capitalismo, por meio da resistência pelos direitos negados aos oprimidos, resistência que se opõe a opressão e da luta por buscas de mudanças sociais, ou seja, “[...] em sentido oposto, as assessorias jurídicas populares dão importância à ação de defesa de direitos coletivos em associação com movimentos sociais e organização populares” (SANTOS, 2011, p. 40).

A AJUP viabiliza a interdisciplinaridade, “[...] num processo em que aprende



com a cultura popular e colabora com seu trabalho político e técnico-jurídico na educação popular e na assessoria jurídica. O contexto do lugar é tempo do ‘assessor popular’” (RIBAS, 2009, p. 69), ao passo que nem tudo que é jurídico é revestido de moralidade, visto que os institutos do Direito constituem fenômenos ideológicos, em que parte da realidade social neoliberal.

Considerações Finais

Nesse sentido, a concepção crítica do direito e em relação ao Estado são centrais para a construção de um modelo de Assessoria Jurídico Popular comprometido com as transformações sociais e com a emancipação dos segmentos populares historicamente oprimidos na sociedade, na medida que o direito é uma relação em que indivíduos se tornam sujeitos de direito, os indivíduos se relacionam como portadores de liberdade e igualdade.

Portanto, a problemática: O que é uma assessoria jurídica popular? parte do ideal de superação da natureza ambivalente e abstrata dos Direitos Humanos, bem como a sua compreensão enquanto resultado natural da positividade do racionalismo humano, em que mesmo com a dificuldade de caracterizar tão unicamente através de um conceito. Haja vista as suas diversas configurações e práticas ao longo da história, devido as inúmeras AJUP's que serão/poderão serem criadas, esta pode ser interpretada como movimentos que lutam pelas pessoas que representam para que possam ter acesso aos direitos e garantias previstos em Lei.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Norte: Uruaçu. Aos professores Phillipe Cupertino Salloum e Silva e Rafael Gonçalves da Silva, os quais iniciaram e deram andamento ao



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



projeto de extensão Assessoria Jurídica Universitária Popular.

Referências

ALMEIDA, Ana Lia V. Atuação dos grupos de Assessoria Jurídica Popular Universitária junto às organizações populares. *In*: OLIVEIRA, Assis da Costa. MOURA, Ana Paula Medeiros de; SANTOS, Julyanne Cristine B. de Macedo dos. **Do sonho ao acontecer**: 10 anos de NAJUPAK. Belém: PROEX-UFGA, 2014.

ALMEIDA, Ana Lia V. de. **Um estralo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular**. 2015. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba – PPGCJ – UFPB. João Pessoa, 2015.

RIBAS, Luiz Otávio. **Direito Insurgente e Pluralismo Jurídico: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960 – 2000)**. 2009. 148 fl. Dissertação (Mestrado em Direito). Curso de Mestrado em Filosofia e Teoria do Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O acesso à justiça. *In*: **Para uma Revolução Democrática da Justiça**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 31-46.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN/Goiás), Um Lugar Ímpar no Destino Turístico

Amanda Sueli Madeira Pereira (IC)* ¹, Marcos Roberto Pisarski Junior (PQ) ², Sônia Regina Gouvêa Rezende (PQ) ³.

Resumo: Este trabalho traz parte dos resultados teóricos sobre o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN), reflexão que vai ao encontro dos estudos realizados no Curso de Tecnologia em Hotelaria da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Caldas Novas (Goiás). Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa de abordagem exploratória, haja vista a incipiência de investigações realizadas até o momento. Entre os resultados apresentados têm-se a reflexão sobre as UCs e do PESCaN é o potencial suporte de alojamento para o uso científico.

Palavras-chave: Caldas Novas; Cerrado; Científico; UEG; Destino Turístico.

Introdução

Este trabalho traz parte dos resultados teóricos sobre o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN), reflexão que vai ao encontro dos estudos realizados no Curso de Tecnologia em Hotelaria da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Caldas Novas (Goiás). A unidade é gerenciada e monitorada pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH/GO) e recebe em torno de 25 mil visitantes ao ano, sendo considerada a UC mais visitada do Estado de Goiás (SEMARH/GO, 2014).

Os principais atrativos turísticos e de lazer do parque são: centro de visitantes, composto por Museu da Fauna e auditório; Trilha da Cascatinha; Trilha do Paredão; e Rua de Pedra. (PEREIRA; PISARSKI JÚNIOR, 2022). Em 2020, o PESCaN completou 50 anos de história e é considerado um marco na preservação do Cerrado. Para celebrar a data foi divulgado um calendário de atividades comemorativas que aborda temáticas relacionadas a lazer, educação ambiental, economia, meio ambiente e turismo, por meio de parcerias com a UEG – Caldas Novas e Morrinhos, a Associação de Ciclistas de Caldas Novas/GO e outros

1 Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria – Universidade Estadual de Goiás (UEG, Unidade Caldas Novas). E-mail: amandamadeiraa@gmail.com

2 Professor dos Cursos Superiores de Tecnologia em Hotelaria e Tecnologia em Gastronomia da Universidade Estadual de Goiás (UEG, Unidade Caldas Novas). Doutorando em Desenvolvimento, Sustentabilidade e Turismo pela Universidad de Guadalajara, UDG, México.

3 Professora Doutora da Universidade Estadual de Goiás (UEG, Unidade Caldas Novas).



segmentos públicos e privados. Ressaltam-se ações como propostas pedagógicas, no sentido de proporcionar um efeito multiplicador com os alunos das redes de ensino das cidades no entorno do parque (SANTOS; BARBOSA; MENDONÇA, 2020). O PESCaN pode ser utilizado como espaço para visitas técnicas/aulas de campo/pesquisas; eventos como palestras, treinamentos e cursos ligados à temática ambiental ou ao parque; e alojamento.

Material e Métodos

O presente resumo expandido visa realizar uma análise teórica de uso do espaço para fins de estudos e pesquisadores. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa de abordagem exploratória. Desse modo, pode-se sublinhar os argumentos de Santos e Silva (2016, p. 220) para destacar que o presente trabalho considera como método a abordagem qualitativa, “uma linha de investigação que não procura seguir um plano elaborado com rigidez”.

A pesquisa teórica sustentou-se na revisão bibliográfica de materiais elaborados como livros, artigos científicos, teses de doutorado recentes sobre o tema, portais eletrônicos específicos e governamentais, além de documentos, diretrizes, normas e legislações institucionais. Vale ressaltar que o referencial teórico do artigo foi conduzido pelos alojamentos disponíveis em UCs. Assim, na primeira fase da pesquisa, procederam-se ao levantamento bibliográfico, à leitura e aos fichamentos de textos, em que se cumpriu o requisito metodológico da revisão bibliográfica (BARBOSA; SANTOS, 2022). Ou seja, leituras “de trabalhos de cunho científico”. (SOUZA et al., 2020, p. 93).

Resultados e Discussão

Nos resultados e discussão apresenta-se a abordagem teórica central deste trabalho. Dessa forma, cabe afirmar que os meios de hospedagem estão intrinsecamente ligados à evolução da humanidade, no que tange ao seu ato de se deslocar e se relacionar com outros, a natureza ou, ainda, por motivos comerciais (RIBEIRO, 2011). São estabelecimentos destinados a prestar serviços de



alojamento temporário e de uso exclusivo do hóspede. Nesse entremeio, Beni (2001) indica que a empresa hoteleira, é um dos elementos essenciais da infraestrutura turística, constitui um dos suportes basilares para o desenvolvimento do Turismo em uma localidade.

Ribeiro (2011) acrescenta que, nas últimas décadas dos anos 2000, os meios de hospedagem se apresentam de maneira variada, atendem aos interesses de uma demanda exigente e segmentada, além de visarem à atração e à satisfação de clientelas diversas. Geralmente, os alojamentos das Unidades de Conservação, como o PESCaN, são instalações e serviços de baixo custo cujo público consumidor é formado por estudantes, pesquisadores e viajantes aventureiros. Chaves e Bacellar (2015) identificam que pesquisas realizadas em UCs auxiliam na tomada de decisão para o manejo e a gestão de tais áreas.

Diante da necessidade de pesquisas contínuas nas UCs e em razão da permanência dos pesquisadores no local por vários dias, há a necessidade de construir habitações viáveis e voltadas ao uso desses acadêmicos em campo nas áreas protegidas. O uso é assegurado pela Portaria do Instituto Estadual de Florestas (IEF) n. 120, de 13 de novembro de 2017, em que são estabelecidos normas e diretrizes para o uso público nas UCs administradas pelo IEF, com a atribuição de funções como coordenar, orientar, desenvolver, promover e supervisionar ações e estudos realizados nos territórios, a manutenção do equilíbrio ecológico e a proteção total da biodiversidade.

Segundo Cronemberger e Castro (2015), pesquisadores dificilmente buscam os gestores das áreas protegidas para colaborar na (re)construção de ambientes propícios aos alojamentos dos referidos investigadores. Na maioria dos casos, as UCs de conservação são vistas apenas como um local adequado à coleta de material, o que indica a necessidade de ampliar a hospedagem para contemplar os serviços de pesquisa.

De tal modo, a aproximação com a comunidade científica possibilita resultados significativos à gestão das UCs, visto que os pesquisadores são parceiros da unidade e se interessam pelo uso de suas expertises em prol da



conservação das áreas. Convém salientar que os parques que oferecem alguma estrutura de apoio, como laboratórios, herbário, biblioteca e alojamentos, tendem a ampliar consideravelmente o número de investigações científicas.

No entanto, falta uma proposta de gestão que corresponda às expectativas da atividade turística, focando na participação de diversos atores locais. Com ações diversas, visando integrar a “hospitalidade, cadeia produtiva, cultura, história, meio ambiente, ensino e recursos humanos e valores do destino”. (SANTOS; VONG; FONTANA, 2018, p. 115), componentes que mostram a relevância do lugar a ser visitado.

Aportando no trabalho de Costa, Gonçalves e Hoffmann (2014, p. 11), pode-se afirmar que os alojamentos para pesquisadores “não possuem as condições e os recursos necessários para adotar estratégias inovadoras que garantam uma posição de mercado diferenciada”. Assim, fundamentado nos estudos de Vicente, Carneiro e Santos (2020), pode-se afirmar que o PESCaN é um lugar ímpar no destino Caldas Novas, pois proporciona à população local e turista um ambiente de lazer, recreação, prática de exercícios físicos e esportes.

Considerações Finais

Desse modo, salienta-se que um dos grandes propósitos das UCs e do PESCaN é o potencial suporte de alojamento para o uso científico. As áreas naturais protegidas funcionam como um laboratório vivo para estudo de ecologia e outras ciências naturais. De acordo com as leituras realizadas, pode-se afirmar que o alojamento do PESCaN pode servir como exemplo a outras unidades de conservação do país que podem propor uma hospedagem sustentável e econômica, com rendas destinadas a investimentos e à manutenção do parque.

Agradecimentos

Agradecimento a Bolsa Permanência proporcionada pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) para Amanda Sueli Madeira.



Referências

BARBOSA, O. X.; SANTOS, J. C. V. Cafés e Turismo nos Quintais do Centro Histórico da Cidade de Goiás. **Revista Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal**, 41, 70-89, 2022.

BENI, M. C. **Análise estrutural do Turismo**. 4ª Ed. São Paulo: SEBRAE, 2001.

CHAVES, C. V.; BACELLAR, A. E. F. Uma análise quantitativa das pesquisas ecológicas em Unidades de Conservação Federais. **Anais...** Encontro de Pesquisadores, 13; Encontro de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos, 7. Teresópolis, 2015.

COSTA, H. A.; GONÇALVES, J. S.; HOFFMANN, V. E. Cooperação entre Micro e Pequenas Empresas de Hospedagem com Vantagem Competitiva: estudo dos albergues de Belo Horizonte (MG). **Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica**, Vol. 16 - n. 1, p. 6-27, - Jan. - Abr. 2014.

CRONEMBERGER, C.; CASTRO, E. B. V. **Envolvendo a comunidade científica na gestão do parque nacional da Serra dos Órgãos**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Rio de Janeiro, 2015.

ICMBio. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**. Venha Pesquisar Conosco: unidades de conservação federais e espécies ameaçadas de extinção. Brasília: ICMBio, 2014.

PEREIRA, A. S. M.; PISARSKI JÚNIOR, M. R. Alojamento Para Pesquisadores: o caso do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – Goiás. **Revista Mirante**, Anápolis (GO), v. 15, n. 1, p. 188-199, jun. 2022.

RIBEIRO, K. C. C. **Meios de Hospedagem**. Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, Manaus. 2011.

SANTOS, J. C. V.; BARBOSA, O. X.; MENDONÇA, D. P. Cinquenta anos do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN), Goiás, Brasil em 2020: meio ambiente, sociedade e turismo. Élisée - **Revista de Geografia da UEG**, V. 9, n.2, e922024, 2020.

SANTOS, J. C. V.; SILVA, J. A. Arte Popular Criativa e Turismo Cultural na Cidade de Loulé (Algarve/Portugal). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 10, nº 2, pp. 212-232, maio/ago. 2016.

SANTOS, J. C. V.; VONG, M.; FONTANA, R. de F. TURISMO E POLÍTICAS



PÚBLICAS: uma análise teórica e comparativa entre Brasil e Portugal. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2018.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE GOIÁS (SEMARH/GO). **Portaria n. 69/2014, de 15 de agosto de 2013: define os limites da zona e suas normas específicas de ocupação e o uso dos recursos e dá outras providências**. Brasília, 2014.

SOUZA, B. A.; RIOS, E. O.; CARNEIRO, V. A.; SANTOS, J. C. V.; MACARINGUE, E. J. Coleções Cartográficas, Viagens e Rotas Ultramarinas: uma reflexão acerca do mapeamento de territórios das culturas Ameríndia e Lusitana. **Revista de Geografia UFJF**, v. 10, nº 1, p. 81-96, 2020.

VICENTE, A. M. C.; CARNEIRO, V. A.; SANTOS, J. C. V. Parque Municipal Natural Cascavel (Goiânia/GO), Após a Implantação da I Etapa. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção AGB Três Lagoas**, v. 1, nº 32, p. 34-61, 2020.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



**Universidade
Estadual de Goiás**



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



PRISMAÇÃO: Dinâmicas Territoriais e Mapeamento Colaborativo na escala do bairro.

Ana Gabriela F. Araújo*¹ (IC), Isadora S. Andrade¹ (IC), Celina F. A. Manso¹ (PQ), Luciana de O. Berreta² (PQ), Sandra C. Pantaleão¹ (PQ), Raimunda D. S. Aguiar² (TC), Gabriel R. Couto³ (PQ), Simone B. Brandão³ (PQ), Joyce B. F. C. Silva² (IC)

1. Universidade Estadual de Goiás (UEG)
2. Universidade Federal de Goiás (UFG)
3. Universidade de Brasília (UnB)

Resumo: Este Plano de Atividade pertence a Ação de Extensão denominada PRISMAÇÃO: Dinâmicas Territoriais e Mapeamento Colaborativo na escala do bairro. O Projeto Piloto terá como caso de estudo o Setor Sul de Goiânia. Esta ação extensionista é parte integrante do projeto PRISMA e a Assessoria Técnica em Extensão Universitária, desenvolvido pelo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) da Universidade Estadual de Goiás. A intenção do PRISMAÇÃO é desenvolver atividades interdisciplinares entre os Cursos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás, o Instituto de Informática da Universidade Federal de Goiás e instituições públicas com o objetivo de desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão. Dentro do seu campo de atuação o projeto integra atividades que interligam a comunidade acadêmica, a sociedade e os agentes públicos, na busca por soluções viáveis para os problemas locais na escala dos bairros a serem estudados.

Palavras-chave: Mapeamento Colaborativo. Setor Sul. Prismação. Comunidade. Soluções.

Introdução

Este Plano de Atividade pertence a Ação de Extensão denominada PRISMAÇÃO: Dinâmicas Territoriais e Mapeamento Colaborativo na escala do bairro. O Projeto Piloto terá como caso de estudo o Setor Sul de Goiânia. Esta ação extensionista é parte integrante do projeto PRISMA e a Assessoria Técnica em Extensão



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Universitária, desenvolvido pelo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) da Universidade Estadual de Goiás. A intenção do PRISMAÇÃO é desenvolver atividades interdisciplinares entre os Cursos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás, o Instituto de Informática da Universidade Federal de Goiás e instituições públicas com o objetivo de desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão. Dentro do seu campo de atuação o projeto integra atividades que interligam a comunidade acadêmica, a sociedade e os agentes públicos, na busca por soluções viáveis para os problemas locais na escala dos bairros a serem estudados.

Material e Métodos

A Extensão científica foi dividida de acordo com as demandas propostas em cada mês, iniciando por Dezembro, a Fase 1 teve a Inicialização (Mobilização e sensibilização), estabelecendo os diagnósticos que foram levantados a cerca do projeto em questão, conseguinte a preparação para a elaboração do Plano de Mobilização Social e Comunicação com vistas a um posicionamento estratégico de comunicar, justificar a identidade visual criada, bem como estabelecer um plano de trabalho integrado.

Dentre as questões trabalhadas teve o alinhamento entre membros do projeto para definir objetivos, identificar agentes que têm interesse em envolvimento na implementação do projeto, e coleta de materiais básicos para o projeto afim do desenvolvimento dos objetivos estabelecidos.

Em Janeiro obtive a fase de Mobilização e sensibilização com a roda de Conversa que teve a organização eventos realizado por meio remoto para a sensibilização e discussão da temática do projeto: Interpretação de dados, sistematização de



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



informações, uso de ferramentas digitais e georreferenciamento”. Além disso, a Aula Inaugural Aberta: Urbanismo Social na América Latina. Organização evento realizado por meio remoto possibilitou mais aprimoramento do tema em questão.

No mês de Fevereiro possibilitou a tomada de decisões quanto a organização e comunicação diante o aplicativo que será trabalhado com moradores do Setor Sul e cidadãos em geral afim de auxiliar no levantamento de dados, na fase de organização e comunicação, buscamos dar os primeiros passos de tomadas de decisões, determinando os reais problemas que envolvem o projeto e os possíveis potenciais para a concepção do mesmo afim de propor o levantamento e organização de dados e mapas oficiais, discussões para desenvolvimento de um processo de coleta de dados e abordagem sistêmica para o desenvolvimento do processo de alimentação e atualização da base de dados.

O mês de Março foi finalizado com reuniões de trabalho dando seguimento às atividades, apresentando os resultados para instituições parceiras e colaboradores, além da discussão sobre a proposta da logo desenvolvida para o projeto em questão.

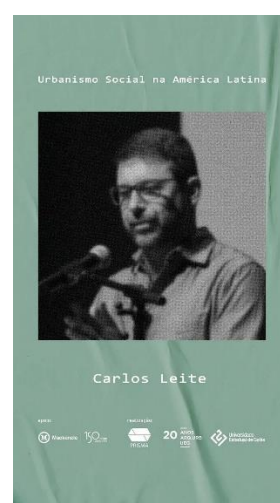
Resultados e Discussão

Diante deste período, tivemos resultados satisfatórios acerca das duas fases estabelecidas em conjunto com o Instituto de Informática da Universidade Federal de Goiás, iniciamos o desenvolvimento do aplicativo do projeto, buscando maneiras de introduzir a população no processo de construção e tomada de decisões de projeto tornando-o mais democrático e participativo, enriquecendo desta forma os mapas com as informações coletadas.

Além disso, com os eventos realizados, trouxe visibilidade para a ação trazendo à tona o assunto sendo possível discutir a temática e apresentar o projeto para os



demaís alunos, parceiros e colaboradores envolvidos e pessoas presentes.



Flyers desenvolvido para divulgação do evento Roda de Conversa e evento Aula Inaugural Aberta



Logos em desenvolvimento para identidade visual do projeto mapa colaborativo

Diagrama desenvolvido para organização do projeto:

<https://drive.google.com/file/d/1kh1thfyL3jwgy-68eT19dPLz5HK4ECLT/view?usp=sharing>



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Considerações Finais

Ao experienciar a proposta acatada, o desenvolvimento das fases iniciais do projeto contribuíram para vivenciar problemáticas existentes no Setor Sul, importante bairro de relevância urbanística para Goiânia. Desta forma colaborou quanto aos conhecimentos produzidos e saberes compartilhados sobre o tema. Além disso, o incentivo financeiro permitiu maior envolvimento e flexibilidade quanto a logística de atendimento, organização, gerenciamento das atividades programadas e chamou a responsabilidade com o vínculo que devemos ter com a Ação Extensionista viabilizada pela Pró-Reitoria de Extensão.

Por conta da pandemia de COVID-19, as atividades foram desenvolvidas por meio remoto. Apesar de ter facilitado em alguns aspectos, como a comunicação e reuniões entre as instituições de diferentes cidades, não foi possível realizar pesquisa e levantamento de dados in loco. Além disso, não conseguimos vivenciar os espaços e nem realizar troca de saberes de forma presencial para tomada de decisões.

Agradecimentos

Ao experienciar a proposta acatada, o desenvolvimento das fases iniciais do projeto contribuíram para vivenciar problemáticas existentes no Setor Sul, importante bairro de relevância urbanística para Goiânia. Desta forma colaborou quanto aos conhecimentos produzidos e saberes compartilhados sobre o tema. Além disso, o incentivo financeiro permitiu maior envolvimento e flexibilidade quanto a logística de atendimento, organização, gerenciamento das atividades programadas e chamou



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



a reponsabilidade com o vínculo que devemos ter com a Ação Extensionista viabilizada pela Pró-Reitoria de Extensão.

Referências

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

BRAIT, Beth. **Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo**. Rev. bras. psicanál, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 85-97, dez. 2012.

Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486641X2012000400008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 set. 2021.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

RONCAYOLO, M. **La Ville et ses territoires**. french: mass market paperback – 1993.

SENNET Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. 1ª ed. São Paulo: Record, 2018. 377p.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



PRISMAÇÃO: Espaço Cajueiro – Teoria e prática no processo de projeção em ação de extensão universitária.

Alice M. Oliveria ¹(PQ), Celina F. A. Marso ¹(PG e PQ), Gismar G. Peixoto ¹(IC), Matheus H. F. Silva ^{*1}(IC), Nuala L. S. Martins ¹(PQ), Pedro P. A. Rosa ¹(IC), Rafaela C. Ferreira ¹(IC), Taniele S. Brito ¹(PQ).

matheushfs0206@gmail.com

1. Universidade Estadual de Goiás - CET

Resumo:

PRISMAÇÃO: Espaço Cajueiro – Teoria e prática no processo de projeção em ação de extensão universitária, é uma ação desenvolvida dentro do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo PRISMA, propondo desenvolver e operacionalizar o processo de projeção do pré-projeto de arquitetura do Espaço Cajueiro, a ser implantado no município de Senador Canedo – GO em um novo condomínio em processo de construção. Para tal trabalho, o projeto se desenvolveu em conjunto com o Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa em Juventude (Cajueiro), egressos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEG e o PRISMA.

O objetivo da ação é de desenvolver o projeto arquitetônico preliminar do Espaço Cajueiro, dando autonomia aos envolvidos (geradores da demanda, parceiros e PRISMA) em discutir e propor processos, metodologias e soluções a cada etapa do projeto, cuja durante todo o processo não teve um sistema de hierarquia, mas um processo de construção entre todos os envolvidos. Dentro da bolsa é contemplada a Fase 1 – Inicialização (mobilização e sensibilização) e a Fase 2 – Tomada de decisões do Projeto. Contudo, o projeto foi estruturado em mais outras duas fases: Fase 3 – Execução do processo e Fase 4 – Consolidação do processo (Encerramento).

Palavras-chave: assessoria técnica. Processo criativo. Mobilização.



Introdução

A ação PRISMAÇÃO: Espaço Cajueiro – Teoria e prática no processo de projeção em ação de extensão universitária, surge da demanda do Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa em juventude – Cajueiro, em realizar a o desenvolvimento da nova Sede, prevista ser construída em senador Canedo – Go, em um condomínio, anteriormente sendo uma chácara.

A ação da bolsa se estrutura nas duas primeiras fases, que foca em desenvolver o primeiro contato com os geradores da demanda, visando realizar uma série de reuniões, oficinas e conversas para sensibilização e tomadas de decisões.

Fase 1 – Inicialização (mobilização e sensibilização), focada em criar o primeiro contato com todos os envolvidos com a ação para uma melhor dinâmica no processo de coletas de dados e demandas.

Fase 2 – Tomada de decisões, destinada para a realização das primeiras análises do lugar, desenvolvimento do programa de necessidades e estratégias projetuais.

Material e Métodos

A partir da demanda de desenvolver o pré-projeto de arquitetura do Espaço Cajueiro, o PRISMA propôs dinâmicas participativas para dar início ao processo de projeção. Um dos objetivos das dinâmicas, além de fortalecer os laços entre os participantes do projeto, foi tentar “traduzir” os desejos do Cajueiro em futuras propostas projetuais. Nesse processo ouvi-los foi uma das partes mais importantes, pois conhecer suas ações desenvolvidas na sociedade através dos princípios dos Direitos Humanos, Educação Popular, Juventude e Economia Solidária, foi uma etapa



primordial do processo para que o desenvolvimento do pré-projeto pudesse ter a “cara” do Cajueiro.

Em decorrência da pandemia do Covid – 19, os materiais e métodos adotados foram as ferramentas digitais, tanto para as reuniões do grupo como para as dinâmicas de trabalho. Para as reuniões online foi utilizado a plataforma Google Meet e para as oficinas colaborativas o Jamboard e o Power Point.

Com a colaboração da equipe do PRISMA, dos egressos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEG e a participação dos membros do Centro da Juventude Cajueiro, consolidou-se o alinhamento das ideias e as discussões sobre a elaboração de um programa de necessidade e a identificação dos espaços a serem criados e organizados para o desenvolvimento das atividades programadas. Esse alinhamento foi realizado através de oficinas colaborativas online, em que foram elaborados croquis, plano de ocupação do terreno, discussão sobre tecnologias alternativas e plano de espacialidade.

Das atividades programadas na fase 1 e 2, a construção do escopo da proposta, o registro das reuniões, as coletas de informações, análises do terreno, a visita ao terreno foi elementos cruciais para traçar uma primeira ideia para o projeto.

Resultados e Discussão

Como resultado foi finalizado a Fase 1 – Sensibilização e Fase 2 – Tomadas de decisões com sucesso, trazendo uma série de dados e informações coletadas nas reuniões e visita técnicas, permitindo perceber que o terreno é rico em vegetação e possui uma inclinação levada, tendo o encerramento das duas fases com a reunião de planejamento da Fase 3.



Figura 01 – Visita técnica ao terreno



Figura 02 – Colagem do processo de ações do projeto





Consequentemente após o período da bolsa a ação do Espaço Cajueiro continuou, avançando e interpretando a necessidade de conservar o espaço verde presente no terreno, o aproveitamento das trilhas pré-existentes e esse sentimento que o projeto carrega em ser um espaço de união. Surgindo três ideias de espaços: os espaços efêmeros com a possibilidade de serem espaços flexíveis e temporários, podendo ser construído por meio de oficinas; os espaços sensoriais, que trabalha com os sentidos e sensações, de maneira educativa ou propiciando lazer e por fim, os espaços arquitetônicos, que constituem a área construída da sede do Espaço Cajueiro.

Durante o processo de concepção do Espaço Cajueiro um dos assuntos discutido coletivamente foi sobre tecnologias possíveis de serem implantadas na sede. A partir disso, alinhou-se estudos preliminares de projeto sustentáveis com as necessidades do Cajueiro.

Figura 02 - Mapa de implantação do projeto Espaço Cajueiro





Legenda: 01 – Espaço multiuso, 02 – Salas de oficina, 03 – Depósito de material, 04 – Banheiro do espaço multiuso, 05 – Recepção, 06 – Escritório, 07 – Lavabo, 08 – Almoxarifado, 09 – Casa de ferramentas, 10 – Cozinha, 11 – Praça de alimentação, 12 – Despensa, 13 – Dormitórios, 14 – Estacionamento, 15 – Pequeno sarau, 16 – Jardim sensorial, 17 - Espaço da pausa.

Figura 03 - Diagrama dos sistemas alternativos sugeridos



Considerações Finais

Com a ação do Espaço Cajueiro, foi possível concretizar a aproximação entre os processos iniciais de concepção do projeto arquitetônico e da formação acadêmica e extensionista em colaboração com o Centro de Formação Cajueiro. Apesar da ação ter ocorrido remotamente, foi um momento de amadurecimento da equipe de trabalho e PRISMA, tendo um aprendizado sobre tal dinâmica.

Como resultado teve a produção de um caderno de projeto preliminar que servirá como material de apoio ao desenvolvimento futuro do ante projeto e consequentemente o projeto executivo.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Agradecimentos

Com o encerramento da ação, o agradecimento é grande a todos os envolvidos. Primeiramente ao Cajueiro por disponibilizar tempo e paciência em realizar essa dinâmica entre universidade e sociedade, agradeço ao PRISMA pela possibilidade gerada em poder realizar uma ação extramuro ainda dentro da universidade, permitindo contato com o cenário profissional, agradeço as alunas egressas do curso de arquitetura e urbanismo que disponibilizou tempo em conversas e orientações para o andamento da ação, por fim, a todos familiares e amigos que de maneira direta e indireta contribuiu para a finalização desta ação.

Referências

Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa em Juventude – CAJUEIRO. Disponível em: <https://cajueiro.org.br/> (abas consultadas: quem somos, como atuamos e planos de ação). Acesso em 17 mar. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOLMGREN, david. **Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. (Tradução Luiza Araújo). Disponível em: <https://blowit.files.wordpress.com/2010/11/livreto-permacultura-1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2022.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



PROJETO EMPREENDEDORISMO NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA DE SUCESSO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNU GOIANÉSIA

*Gustavo Luan Barros Lopes¹, Jalles Mendes Silva² e Ieso Costa Marques³

¹Universidade Estadual de Goiás – Unu Goianésia

²Universidade Estadual de Goiás - Unu Goianésia

³Universidade Estadual de Goiás - Unu Goianésia

Resumo:

O número de empreendimentos criados por jovens empreendedores tem crescido de forma significativa. Muitos são os esforços de organismos nacionais e internacionais para o ensino do empreendedorismo a partir do ensino fundamental. O objetivo deste trabalho é apresentar um relato de experiência de ações exitosas decorrentes do Projeto Empreendedorismo na Escola realizado pelo Curso de Administração – Unu Goianésia. A metodologia de pesquisa empregada neste trabalho é de caráter qualitativa, descritiva e pesquisa-ação. O projeto permitiu o estreitamento de relações entre a universidade e a comunidade acadêmica, o desenvolvimento de competências empreendedoras junto aos participantes, sobretudo junto aos alunos bolsistas que puderam elaborar materiais educativos com a temática empreendedorismo e também a ministração de palestras e oficinas junto a comunidades carentes.

Palavras-chave: EMPREENDEDORISMO. ESCOLA. ADMINISTRAÇÃO

Introdução

Os estudos sobre Empreendedorismo no Brasil ganharam mais força a partir da década de 1990. A abertura dos mercados, a consolidação dos blocos econômicos e o crescente número de microempresas que, passaram a não conseguir atravessar a saga dos primeiros cinco anos, fez com que muitas políticas públicas fossem criadas

¹ Estudante (IC) – gustavo,lopes@aluno.ueg.br

² Estudante (IC) – jalles.silva@aluno.ueg.br

³ Pesquisador (PQ) – ieso.marques@ueg.br



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



(BORGES, 2009).

Segundo Dornelas (2007), empreendedorismo significa fazer algo novo, diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor. As definições para empreendedorismo são várias, mas sua essência se resume em fazer diferente, empregar os recursos disponíveis de forma criativa, assumir riscos calculados, buscar oportunidades e inovar (DOLABELLA, 2016).

Todavia, o número de empreendimentos criados por jovens empreendedores tem crescido de forma significativa. Muitos são os esforços de organismos nacionais e internacionais para o ensino do empreendedorismo a partir do ensino fundamental. (JUNIORARCHIEVEMENT BRASIL, 2018).

Material e Métodos

A metodologia de pesquisa empregada neste trabalho é de caráter qualitativa, descritiva e pesquisa-ação. A contribuição do trabalho se alicerça na descrição das atividades exitosas realizadas durante o ano de 2021, onde os alunos bolsistas colocaram em prática os objetivos e metas do projeto de extensão descrito neste trabalho. Considera-se também como pesquisa-ação, tendo em vista que os pesquisadores buscaram compreender o objeto de estudo e extrair possíveis evidência por meio do estreitamento empírico entre o problema que se buscava resolver, e a realização de ações concretas, tais como realização de oficinas, workshops, palestras, etc.

Resultados e Discussão

Apresenta-se parte das experiências exitosas alcançadas ao longo da execução do Projeto Empreendedorismo na Escola, as seguintes ações:



Figura 01: Convite do Projeto Empreendedorismo na Escola
Fonte: Acervo dos autores (2021)



Figura 02: Oficina realizada no Colégio em Tempo Integral Presidente Costa e Silva
Fonte: Acervo dos pesquisadores (2021)

A figura 01 mostra o convite da live do projeto Empreendedorismo na Escola. O convite foi enviado por e-mail às escolas.

A figura 02 mostra a oficina realizada no Colégio em Tempo Integral Presidente Costa e Silva na época em que as atividades presenciais do projeto puderam ser realizadas.



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Considerações Finais

Dadas estas constatações, é possível constatar que o Projeto Empreendedorismo na Escola é de fundamental importância para suprir a lacuna de formação, no que se refere a educação empreendedora, que infelizmente é tão pouco trabalhada na sala de aula nos dias de hoje.

Também é verdade que as relações entre a universidade e a escola de ensino fundamental e médio podem ser estreitadas, por meio da realização de palestras, oficinas, workshops, debates, cursos, etc. Os jovens estão chegando na universidade cada vez mais cedo, e antes mesmo do ingresso na formação superior de alguma forma eles já tiveram algum tipo de experiência empreendedora, seja na família, seja na vida pessoal, ou até mesmo estimulados por programas de televisão ou redes sociais. Por esses motivos, a atuação da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Goianésia nesta lacuna, ou seja, do ensino fundamental até o segundo ano do ensino médio, tem contribuído significativamente para a difusão do empreendedorismo em todas as esferas sociais da cidade de Goianésia.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Estadual de Goiás pela proporção de estendermos a teoria ministrada em sala de aula, na universidade, até a comunidade e às pessoas que mais precisam de



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



ações como a que foi realizada.

Referências

BORGES, Cândido; FILION, Louis Jacques; SIMARD, Germain. **Jovens empreendedores e o processo de criação de empresas**. Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review), v. 9, n. 8, 2009.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. São Paulo. Editora Cultura, 2016.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo: conceitos e aplicações**. Revista de negócios, v. 9, n. 2, 2007.

JÚNIOR ARCHIEVEMENT BRASIL. **Sobre a Junior Achievement Brasil: nossa história**. Disponível em: <https://www.jabrasil.com/> . Acesso em 11/05/2021.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



DIREITOS HUMANOS: ABUSOS E VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Discente: Viviane Fernanda dos Santos Lima; e-mail: vflima2001@gmail.com.

UEG – Campus Oeste - Unidade Universitária Palmeiras de Goiás. Rua S-7, s/n, Setor Sul.

Resumo:

Os crimes de abusos de abusos e violências contra as crianças e os adolescentes se faz presente á vários séculos, vale destacar por exemplo o código de Hamurabi no qual as mulheres, filhos(as) podiam ser vendidos para quitação de dividas, passando assim a trabalharem durante três anos na casa do comprador. Desde muitos séculos passados, o principal meio onde essas violências contra crianças e adolescentes acontece no âmbito familiar e até mesmo nos dias atuais se faz muito presente infelizmente e em sua maioria no âmbito familiar. Mesmo atualmente tendo varias iniciativas políticas desenvolvidas para o enfrentamento dos maus-tratos na infância e adolescência, é de suma importância evidenciara importância de se intensificar ações de prevenção, em todos os âmbitos, seja familiar, na saúde, na escola, dentre outros.

Palavras-chave: Crimes. Lei. Século. Estatuto da Criança e do adolescente. Luta. Saúde.

Introdução

Nas antigas sociedades, os maus-tratos à criança já se faziam presentes por meio do infanticídio, utilizado para eliminar as crianças que nasciam com deficiências físicas, por motivos religiosos, como medida econômica ou por não aguentarem longas caminhadas, crianças também eram mortas ou abandonadas para morrerem desnutridas ou devoradas por animais e era direito do pai reconhecer ou não o direito de viver de seu filho. Nesse sentido:

“Desde as primícias, a maior parte dos casos de violência contra a criança e adolescente acontece no ambiente familiar, contrapondo o entendimento de proteção que a família deveria exercer” (Mello; Jorge, 2001, p. 424).

O século XVI esteve consolidado temporalmente como uma época na qual as agressões e violências cometidas contra as crianças e os adolescentes foram muito comuns. No referido período, foram estruturados locais de abrigo de jovens que não estavam inseridos em âmbitos familiares, sendo tais crianças submetidas a uma série de maus tratos infundáveis (Mello; Jorge, 2001).

No século XIX, os bebês brancos eram entregues às amas negras, diminuindo assim a chance de vida dos bebês negros. No fim deste século, na Inglaterra ocorreu a exploração do trabalho infantil, crianças de quatro anos de idade trabalhando em fábricas, e desde os oito anos em minas de carvão, com uma



jornada de trabalho de até 16 horas por dia. Durante o período da revolução industrial, desde os nove anos de idade as crianças eram alugadas às fábricas, onde eram acorrentadas impedindo assim sua fuga. Na Índia, os recém-nascidos com “defeitos” eram considerados instrumentos do diabo e eram mortos, na China, o limite de filhos era três, sendo o quarto jogado aos animais (Scherer EA, 2000).

Já, no século XX, a criança passa a ser aceita como fazendo parte da humanidade, sendo de responsabilidade da família tudo de mau que lhe pudesse acontecer. Atualmente, esse século é dito como “século da criança”, onde esta passa a ser exaltada e a família responsabilizada, por tudo de mal que lhe aconteça, sendo ressaltada a necessidade dos cuidados maternos e a caracterização da infância como período básico e fundamental da existência do homem. Todavia, os jornais, mídias sócias, dentre outros mostram todos os dias situações de maus-tratos infantis, como, por exemplo, a chacina das crianças da Candelária, no Rio de Janeiro (Scherer EA, 2000).

Material e Métodos

Estudo bibliográfico tendo como fundamento projeto de minha autoria para inscrição na bolsa de extensão da Universidade Estadual de Goiás, acerca da violência contra criança e adolescente. Pesquisa essa que fora feita tendo como princípio diversos artigos virtuais de excelentes propriedades, ora citados no projeto anterior.

Foram incluídos para este trabalho os artigos que traziam referencial histórico quanto ao tema proposto e os que abordavam as políticas e estratégias desenvolvidas na atenção à violência contra crianças e adolescentes.

Resultados e Discussão

No Ciclo Nacional em Formação em Direitos Humanos, que faz parte do projeto de Educação Popular em Direitos Humanos, qual fora realizado virtualmente na Universidade, na primeira semana o tema era “Abusos e violências contra crianças e adolescentes”, sendo o mesmo inspiração para o meu resumo expandido.

Um avanço na luta contra os maus tratos à criança ocorreu em 1846, nos Estados Unidos da América, quando a Sociedade para prevenção da crueldade contra os animais teve que socorrer a menina Mary Ellen, pois os pais adotivos a



maltratavam severamente. Alegaram que a intervenção foi baseada em que a criança era um membro do reino animal e que, portanto, seu caso poderia ser regido pelas leis que punem a crueldade contra os animais. No mesmo ano, foi criada em Nova York a Sociedade para a prevenção da crueldade em relação a crianças. Ainda no século XIX, outras sociedades se formaram nos EUA com os mesmos objetivos (BRÊTAS JRS, 1994).

A primeira manifestação internacional em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes se deu em 1924, com a Declaração de Genebra (GOTLIEB SLD, 2002).

Em 1979, foi declarado o "Ano Internacional dos Direitos Humanos" e, conseqüentemente, é realizada a Convenção dos Direitos da Criança.

No Brasil, a Constituição Federal determina no artigo 227, que "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (Brasil, Constituição Federal de 1988).

No ano de 1989, o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado pelo Congresso Nacional em 30/06/89 e transformado na Lei nº 8069 em 13/06/1990(20), veio a se constituir no instrumento legal na garantia da cidadania de crianças e adolescentes. Com a implementação do ECA, a lei passou a dar prioridade absoluta à criança/adolescente por parte da família, da sociedade e do Estado, mudando a concepção de atendimento à criança e ao adolescente. Em seu artigo 5º, trata da proteção das crianças e adolescentes contra a negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão e todos os atentados, por ação ou omissão em relação aos seus direitos fundamentais. (Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990).

Já no art. 70, determina que "é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente". No mesmo sentido, o art. 4º estabelece que "é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos previstos no Estatuto" (Brasil, Constituição Federal de 1988).

Além do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Penal também prevê penalidades para o abuso infantil. Arts. 213,214,217, 218 e 234.



Em outubro de 1998 a Sociedade Brasileira de Pediatria instituiu a campanha de prevenção de acidentes e violência na infância e adolescência, tendo como eixo fundamental os preceitos legais do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em 1999, o Ministério da Saúde, através da Secretaria de Políticas de Saúde, normatizou a prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes.

Em 2001, o Ministério da Justiça, pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, traçou um Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.

No mesmo ano, o Ministério da Saúde editou a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade de Acidentes e Violências, Portaria nº 737, publicada no Diário Oficial da União em 18 de maio de 2001, como instrumento direcionador da atuação do setor saúde nesse contexto, com propostas de ações específicas para os gestores federal, estaduais e municipais, cujas diretrizes são: promoção da adoção de comportamentos e de ambientes seguros e saudáveis; monitorização da ocorrência de acidentes e de violências; sistematização, ampliação e consolidação do atendimento pré-hospitalar; assistência interdisciplinar às vítimas de acidentes e de violências; estruturação e consolidação do atendimento voltado à recuperação e à reabilitação; capacitação de recursos humanos; apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas.

Considerações Finais

Todavia mesmo com diversas iniciativas políticas desenvolvidas nos dias atuais para o enfrentamento de violências contra as crianças e adolescentes, é necessário reprisar a importância de avanços nas ações de prevenção, e a necessidade de apoio dos mais diversos ramos, possibilitando assim discussões entre os diferentes setores que possam possibilitar políticas e estratégias preventivas, diagnósticas e terapêuticas.

E também a importância de compreender melhor os fatores que levam a ocorrência da violência contra a criança e adolescentes, contribuindo com medidas e políticas específicas de prevenção e intervenção.



Referências

<https://www.scielo.br/j/ape/a/nchdTGMYGvGJJSKhvkJWMYq>. Acesso 03 out. 22.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. 1988.

<https://www.migalhas.com.br/quentes/366184/18-de-maio-leis-protectem-criancas-e-adolescentes-de-abuso-sexual>. Acesso: 03 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente.

YUNES J. Prefácio. In: Westphal MF. Violência e criança. São Paulo: Edusp; 2002. p. 11-2.

Scherer EA, Scherer ZAP. A criança maltratada: uma revisão da literatura. RevLatinoamEnferm. 2000.

MELLO. Jorge MHP, Gotlieb SLD, 2001.

BRÊTAS JRS, Silva CV, Quirino MD, Ribeiro CA, Kurashima AY, Meira AOS. O enfermeiro frente à criança vitimizada. Acta Paul Enferm. 1994.

GOTLIEB SLD, Laurenti R, Mello Jorge MHP. Crianças, adolescentes e jovens do Brasil no fim do século XX. In: Westphal MF. Violência e criança. São Paulo: Edusp; 2002.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



**Universidade
Estadual de Goiás**



Rock Gyn: Programa de Rádio que toca rock goiano

Bárbara Vitória Siqueira dos Santos*.Estudante (IC). bvsds@aluno.ueg.br

Rua Prof. Alfredo de Castro, 9175 - Parque das Laranjeiras, Goiânia - GO, 74855-130.

Resumo: Rock Gyn é um programa de rádio criado como atividade da bolsa de extensão do projeto Núcleo Audiovisual de Produção de Foleys, NAUFO e é totalmente pensado e executado para representar a cena underground de Goiânia. Em sua primeira temporada conta com músicas de artistas goianos, além de trazer nomes de festivais de rock famosos, personagens importantes que apoiam e incentivam essa pegada alternativa e apresenta um pouco da história de bandas e artistas para que o público conheça mais das personalidades que estão escutando. Utilizando de uma linguagem jovem e descontraída, o programa tenta criar uma certa intimidade com seu público. Rock Gyn abraça todo o público do rock, seja ele punk, stoner, hard rock, rock psicodélico, indie, pop, metal, fazendo uma combinação de estilos a cada episódio. Esse programa foi pensado para desmistificar que Goiânia é a cidade da música sertaneja, dando voz ativa e reconhecimento para aquelas bandas mais conhecidas ou não da nossa cena alternativa, fazendo com que aqueles que já conhecem possam curtir o som de suas bandas preferidas e também dar oportunidade para aqueles que não conhecem bandas regionais de rock possam conhecer aproveitar o melhor do rock goiano.

Palavras-chave: Rock. Rádio. Universitário. Alternativa. Linguagem.

Introdução

O programa de rádio Rock Gyn foi criado e desenvolvido como atividade no projeto de extensão Núcleo Audiovisual de Produção de Foleys, NAUFO do curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Estadual de Goiás(UEG). Uma produção executada e gravada por mim, Bárbara Vitória, que tive como inspiração retratar o cenário underground de Goiânia e tentar mudar a ideia de que Goiânia só toca sertanejo. O programa é totalmente voltado para o rock que toca em Goiás, sobre



isso lembra-se que:

O termo rock alternativo é frequentemente utilizado para descrever os meios de produção e distribuição de música underground independente, que não possuem qualquer envolvimento com as grandes gravadoras e mantêm uma metodologia própria para desenvolver e utilizar com originalidade os meios de produção (MAGALHÃES, 2017, p. 96)

Nesse sentido, o programa Rock Gyn contribuiu na divulgação de músicos e bandas que estão fora do Mainstreaming da música.

O mecanismo de exibição, Rádio Ueg Educativa se trata de uma rádio web (www.radioueg.br) voltada para o conteúdo educacional e o público jovem das universidades, então vi nessa oportunidade a chance de apresentar para o público a variedade de artistas e bandas de rock goiano, que muitas vezes nem são conhecidas. Eu mesma ao fazer as pesquisas não tinha ideia de quantas bandas de som de qualidade Goiás possuía. O programa possui uma temporada e está na programação de segunda a sexta, contando com 30 episódios com 1 hora de duração cada. Rock Gyn busca atender todo o público do rock regional através de uma combinação dos vários estilos de rock existentes.

Material e Métodos

Na fase inicial do projeto foi feita uma pesquisa de público, através de um Formulário do Google e enviado nos grupos da faculdade e também em forma de enquetes no meu Instagram pessoal, assim consegui de uma forma mais clara identificar e nichar o público, entendendo suas preferências de estilos musicais, tipos de programas de rádio, linguagem e constância de consumo. Através de uma pesquisa nas plataformas de música Youtube e Spotify foi feita uma seleção de



artistas, bandas e músicas de várias fases, tipos e épocas do rock de Goiás.

Após isso, foi o momento de pensar no roteiro, linguagem e estilo que o programa carregaria como sua identidade, priorizando uma linguagem jovem e descontraída puxando para um lado mais extrovertido procurando gerar identificação com o público alvo. O método pensado foi que além de trazer entretenimento para os ouvintes, também trazer conhecimento, apresentando nomes famosos dessa cena underground de Goiânia, como festivais importantes, apoiadores, incentivadores do rock, curiosidades e apresentar um pouco das bandas e artistas que tocam na rádio, sempre contando um breve resumo de sua trajetória, composição, estilo, prêmios e afins.

Resultados e Discussão

É de suma importância esse incentivo na universidade de produções sonoras como essa que possam ser executadas pelos alunos. Nesse sentido o programa Rock Gyn mostrou bandas independentes de Goiás que dia após dia lutam para conquistar seu espaço no cenário musical goiano, então ter um mecanismo de comunicação que ajuda nessa propagação, distribuição e apresentação das propostas e performances dessas bandas é algo muito necessário.

Ressalta-se a importância dos festivais alternativos de Rock para a manutenção do setor na cidade de Goiânia: “Os festivais contam, tradicionalmente, com feiras, que passaram a ser realizadas como contraparte dos produtores locais pelos serviços da Senaes [...] , constituindo parte importante do mecanismo de troca de símbolos que dá sentido à própria cena” (BENEVIDES, 2013, p. 206).

No processo de pesquisa era notável o entusiasmo de algumas bandas em



que eu entrava em contato, a alegria das bandas se verem representadas, já que não existia nenhuma rádio de rock que toque especialmente rock feito por goianos e isso se faz muito necessário. Numa cidade que é conhecida afora pelo sertanejo, é indispensável valorizar o rock goiano, já que lá na década de 1950 Goiânia era conhecida como Rock City, o maior evento de rock independente do Brasil, Goiânia Noise Festival, tem berço na capital goiana desde 1995, observa-se então que o rock está presente nesse estado já a muito tempo, faz parte de seu crescimento e história.

Considerações Finais

Por fim, é notável a importância da cena independente para a cultura, economia e representatividade goiana, através de seus famosos festivais como Goiânia Noise, Vaca Amarela, Bananada e também na visibilidade nos outros espaços como na rádio Rock Gyn.

É necessário para esses artistas se sentirem representados e valorizados pelos seus trabalhos e dedicação pelo rock goiano e é nosso dever como comunidade universitária propagar e apoiar esse nicho que é de consumo considerável pelo público jovem e universitário.

Agradecimentos



Deixo aqui meu agradecimento especial a minha professora e orientadora Thaís Oliveira, que me ajudou bastante em todo o processo, também a Rádio Ueg Educativa e seus estagiários que me deram o devido apoio e auxílio. Um agradecimento especial a todos que participaram da pesquisa de campo respondendo às enquetes e ao formulário. Também a minha família que sempre me incentivou, aos meus amigos e ouvintes da rádio Rock Gyn. Esse é um projeto muito especial de que tenho muito orgulho, e é um prazer poder apresentá-lo para mais pessoas e poder falar de seu processo de criação.

Referências

BENEVIDES, Rubens de Freitas. **Juventude, política e rock and roll: a cena de rock independente de Goiânia**. Editora UFG: Catalão, 2013.

MAGALHÃES, Emerson. **Construção da cena cultural e musical do rock alternativo goiano**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). 2017.

Sites consultados:

<https://portal.al.go.leg.br/noticias/118640/maior-evento-de-rock-independente-do-brasil-tem-berco-em-goias-e-e-destaque-da-serie-e-coisa-da-gente>

<https://secom.ufg.br/p/12725-goiania-a-capital-do-rock>

<https://www.curtamais.com.br/goiania/goiania-tem-forte-cenario-rock-com-bandas-e-festivais-locais>

<https://youtube.com/playlist?list=PLQLOr6trLwfF3S9-YgFFH6OulAVIvvDrr>

<https://youtube.com/playlist?list=PL-UnQYA1ZQ2TNPZYSPMYmzgwXeoskZBRX>



IX Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



https://youtube.com/playlist?list=PLEenX8dA3_icTp_wqeZkBaf28zvtTUuTu

<https://open.spotify.com/playlist/0YlVbA3qw29zSzXXP3GmEP?si=f115f35249204812>

<https://open.spotify.com/playlist/6hfJGbXh6RTfZcVIOosvUg?si=6d41f64f9827466>

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás